



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Motivações e Perceções acerca do Acolhimento Familiar em Portugal: Estudo das propriedades psicométricas de dois questionários

Luísa Weyerhäuser Pereira

Mestrado em,
Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Professora Doutora Joana Isabel Soares Baptista, Professora Auxiliar, Iscte-Instituto
Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Professora Doutora Stephanie Raquel Gonçalves Alves, Investigadora, ProChild
CoLAB

Outubro, 2022

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Motivações e Perceções acerca do Acolhimento Familiar em Portugal: Estudo das propriedades psicométricas de dois questionários

Luísa Weyerhäuser Pereira

Mestrado em,
Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Professora Doutora Joana Isabel Soares Baptista, Professora Auxiliar, Iscte-Instituto
Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Professora Doutora Stephanie Raquel Gonçalves Alves, Investigadora, ProChild
CoLAB

Outubro, 2022

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Joana Baptista, por todo o feedback e acompanhamento contínuo, por todos os ensinamentos, pela compreensão e apoio, pelas palavras de força, pelo carinho, confiança e encorajamento.

À minha co-orientadora, Professora Doutora Stephanie Alves, por todo o feedback e suporte, por todos os ensinamentos e pelas suas queridas e motivadoras palavras.

Foi um privilégio trabalhar e aprender com ambas!

Ao ProChild CoLAB, pela colaboração no presente estudo, através do desenvolvimento dos questionários e no recrutamento dos participantes.

À minha família, em especial, aos meus pais, à minha irmã, ao meu irmão, à minha avó e ao meu cunhado, por todo o amor, compreensão, apoio nas fases mais e menos agradáveis, pelo carinho, confiança, força, por acreditarem em mim desde sempre e por tornarem tudo mais fácil.

Aos meus amigos, em especial:

Ao Martim, à Rafaela e à Sara, por todo o apoio, carinho, encorajamento e por desejarem sempre o melhor para mim.

À Susana, por estar sempre presente, por todo o apoio, por arranjar formas para me divertir e distrair, pelo carinho e encorajamento.

À Mari, por estar sempre aqui para mim, nos bons momentos, mas também nos momentos de angústia, por confiar e acreditar em mim sempre e por todo o carinho e força que transmite.

À Carol, por estar sempre aqui para me ouvir, apoiar e por nunca duvidar de mim e das minhas capacidades, por todo o carinho, suporte e por ter acompanhado o processo de elaboração da dissertação desde o início.

A todas as pessoas que participaram e partilharam o questionário *online* e que demonstraram interesse no estudo.

Por fim, e não menos importante, ao Iscte e a todos os docentes e não docentes com os quais tive oportunidade de me cruzar ao longo destes cinco anos de formação e que tanto contribuíram para o meu crescimento pessoal, profissional e para a minha aprendizagem.

O meu mais sincero obrigada a todos! Sem vocês não teria sido possível concretizar esta etapa! Levo-vos para sempre no meu coração!

Resumo

Existe uma escassez de instrumentos validados de apoio à avaliação, seleção e formação de famílias de acolhimento. No presente estudo, procedeu-se a uma análise fatorial exploratória a um questionário de motivações para ser família de acolhimento e a um questionário de percepções sobre o acolhimento familiar. Além disso, examinou-se as associações entre as motivações para se ser família de acolhimento, as percepções sobre o acolhimento familiar, o nível de conhecimento sobre o acolhimento familiar, assim como os fatores sociodemográficos e a intenção de ser família de acolhimento da população geral portuguesa. Participaram, no presente estudo, um total de 290 indivíduos, com idades compreendidas entre os 25 e os 76 anos. Da análise ao questionário de motivações emergiram três fatores: razões autocentradas; razões centradas na criança e na sociedade/comunidade; e existência de algum contacto ou experiência no âmbito do acolhimento. Da análise ao questionário de percepções surgiram cinco fatores: percepções em relação aos cuidados a prestar à criança acolhida; percepções em relação à criança acolhida; percepções em relação à família de origem da criança acolhida; percepções em relação à família de acolhimento; e percepções em relação à tomada de decisão. Um maior nível de conhecimento acerca do acolhimento familiar, ser do sexo feminino, motivações centradas na criança e na sociedade/comunidade, bem como percepções em relação à tomada de decisão revelaram estar associados a uma maior intenção de ser família de acolhimento. Estes resultados parecem indicar o carácter promissor dos instrumentos analisados, para a avaliação, seleção e formação de famílias de acolhimento.

Palavras-chave: análise fatorial exploratória, acolhimento familiar, intenção, motivação percepções públicas

Códigos da PsycINFO:

2200 Psicometria e Estatística e Metodologia

2956 Cuidados infantis

Abstract

There is a lack of validated instruments to support the assessment, selection and training of foster families. In this study, we conducted an exploratory factor analysis of a questionnaire about the motivations for being a foster family and a questionnaire on perceptions about foster care. In addition, we analyzed the associations between motivations to be a foster family, perceptions about foster care, level of knowledge about it, as well as socio-demographic factors and the intention to be a foster family in the general Portuguese population. A total of 290 individuals, aged between 25 and 76 years, participated in this study. Three factors emerged from the analysis of the motivations questionnaire: self-centered reasons; child-centered and society/community reasons; and existence of some contact or experience with care. From the analysis of the perceptions questionnaire, five factors emerged: perceptions regarding the care provided to the foster child; perceptions regarding the foster child; perceptions regarding the foster child's family of origin; perceptions regarding the foster family; and perceptions regarding decision-making. Having a higher level of knowledge about foster care, being a female, child-centered as well as society/community motivations, and perceptions regarding decision-making were associated with a higher intention to become a foster family. The results of this study seem to indicate the promising character of the two instruments analyzed, contributing to the assessment, selection and training of foster families.

Keywords: exploratory factor analysis, foster care, intention, motivation, public perceptions

PsycINFO Codes:

2200 Psychometrics & Statistics & Methodology

2956 Childrearing & Child Care

Índice Geral

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	v
Índice de Quadros	ix
Glossário de Siglas	xi
Introdução	1
Capítulo 1. Enquadramento Conceptual	3
1.1. A Medida de Acolhimento Familiar	3
1.2. O Acolhimento Familiar em Portugal	5
1.3. Desafios no Recrutamento e Retenção de Famílias de Acolhimento	6
1.4. Intenção de ser Família de Acolhimento	6
1.5. Motivações para ser Família de Acolhimento	8
1.6. Perceções sobre o Acolhimento Familiar	13
1.7. O Presente Estudo	21
Capítulo 2. Método	23
2.1. Participantes	23
2.2. Instrumentos	25
2.2.1. Questionário Sociodemográfico	25
2.2.2. Intenção de ser Família de Acolhimento	26
2.2.3. Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento	26
2.2.4. Questionário de Perceções sobre o Acolhimento Familiar	26
2.3. Procedimento	27
2.4. Estratégia Analítica	28
Capítulo 3. Resultados	31
3.1. Estatística Descritiva	31
3.1.1. Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento	31
Itens de Teto e de Base do Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento	33

3.1.2. Questionário de Percepções sobre o Acolhimento Familiar	34
Itens de Teto e de Base do Questionário de Percepções sobre o Acolhimento Familiar	36
3.2. Análise Fatorial Exploratória	37
3.2.1. Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento	37
3.2.2. Consistência Interna do Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento	38
3.2.3. Questionário de Percepções sobre o Acolhimento Familiar	41
3.2.4. Consistência interna do Questionário de Percepções sobre o Acolhimento Familiar	41
3.3. Associações	46
3.3.1. Associações entre os Fatores Sociodemográficos, o Nível de Conhecimento sobre o Acolhimento Familiar e a Intenção de ser Família de Acolhimento	46
3.3.2. Associações entre os Fatores do Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento e a Intenção de ser Família de Acolhimento	46
3.3.3. Associações entre os Fatores do Questionário de Percepções sobre o Acolhimento Familiar e a Intenção de ser Família de Acolhimento	46
Capítulo 4. Discussão	
4.1. Motivações para ser Família de Acolhimento	49
4.2. Percepções sobre o Acolhimento Familiar	52
4.3. Intenção de ser Família de Acolhimento	56
4.4. Limitações do Presente Estudo e Investigação Futura	59
Conclusão	61
Fontes	63
Referências Bibliográficas	65

Índice de Quadros

Quadro 2.1. Caracterização Sociodemográfica da Amostra	24
Quadro 3.1. Descrição dos Itens de Avaliação da Intenção de ser Família de Acolhimento, da Intenção Geral de ser Família de Acolhimento e do Nível de Conhecimento sobre o Acolhimento Familiar	31
Quadro 3.2. Descrição dos Itens do Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento	32
Quadro 3.3. Descrição dos Itens do Questionário de Percepções sobre o Acolhimento Familiar	35
Quadro 3.4. Análise Fatorial Exploratória ao Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento	39
Quadro 3.5. Análise Fatorial Exploratória ao Questionário de Percepções sobre o Acolhimento Familiar	42

Glossário de Siglas

AF – Acolhimento Familiar

AR – Acolhimento Residencial

AFE – Análise Fatorial Exploratória

FA – Família(s) de Acolhimento

FO – Família(s) de Origem

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SPP – Sistema de Promoção e Proteção

Introdução

A investigação tem vindo a revelar que o Acolhimento Familiar (AF) é uma medida de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens mais protetora do desenvolvimento da criança em comparação com o Acolhimento Residencial (AR) (Ijzendoorn et al., 2020; Li, Chng, & Chu, 2017). No contexto português, a maioria das crianças encontra-se acolhida em AR e somente uma minoria em AF (Instituto de Segurança Social [ISS], 2021). Tem-se observado uma vontade para mudar este cenário de acolhimento, em Portugal (e.g., LXAcolhe, Programa de Acolhimento Familiar Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2020). Contudo, parecem existir desafios ao nível do recrutamento e retenção de Famílias de Acolhimento (FA) (Davi, Jones, & Gillen, 2021; Grimes-Vawters, 2016; Randle et al., 2012b) e verifica-se uma escassez de instrumentos cientificamente validados que possam servir de auxílio à avaliação, seleção e formação de FA (Luke & Sebba, 2013). Face ao exposto, a presente dissertação pretende analisar, de forma exploratória, as propriedades psicométricas de um questionário de motivações para se ser FA e de um questionário de perceções sobre o AF. Além disso, visa explorar a intenção de ser FA, descrever as motivações para se ser FA e as perceções da população geral portuguesa sobre o AF, assim como analisar as associações entre as motivações, as perceções, o nível de conhecimento acerca do AF bem como os fatores sociodemográficos e a intenção de ser FA.

A presente dissertação é constituída por quatro capítulos. No primeiro capítulo é realizada uma contextualização do problema e uma revisão de literatura acerca dos principais construtos: intenção de ser FA; motivações para ser FA; e perceções sobre o AF. Adicionalmente, são apresentados os objetivos assim como as hipóteses de investigação do presente estudo. O segundo capítulo diz respeito ao método, no qual é realizada uma caracterização sociodemográfica da amostra, são apresentados os instrumentos utilizados, o procedimento e a estratégia analítica do presente estudo. No terceiro capítulo são apresentados os resultados obtidos da análise fatorial exploratória realizada ao questionário de motivações para ser FA e ao questionário de perceções sobre o AF, assim como das associações entre as motivações, perceções, nível de conhecimento acerca do AF, assim como fatores sociodemográficos e a intenção de ser FA. No quarto capítulo são apresentados e discutidos os principais resultados, as contribuições e limitações do presente estudo assim como sugestões de investigação futura. Por fim, é apresentada a conclusão geral e as implicações mais significativas do presente estudo.

Capítulo 1

Enquadramento Conceptual

O conceito de família é difícil de definir, pois encontra-se em constante mudança. É um construto relativo (não absoluto), de compreensão complexa, global e consequentemente de difícil análise. Todavia, existe algum consenso por parte das abordagens sistémicas de que o conceito de família pode ser definido como um conjunto de indivíduos que constituem um todo sistémico, no qual se estabelecem relações entre si e o meio externo. Assim, a família, enquanto sistema aberto, exerce influências e é influenciada pelo meio exterior. Além disso, é um sistema dinâmico constituído por outros subsistemas (e.g., subsistema parental; subsistema fraternal) que interagem entre si, desempenhando diversas funções importantes, entre elas o afeto, a educação, a socialização, a estruturação da personalidade dos seus elementos, o desenvolvimento de capacidades, de atitudes e valores. O processo de comunicação é um aspeto crucial no sistema familiar, pois possibilita a interação formativa, relacional, educativa bem como a adaptação e integração social dos membros, contribuindo para a manutenção do equilíbrio do sistema (Dias, 2011).

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança (2019, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 e ratificada por Portugal em 1990), a criança tem o direito de crescer numa família caracterizada por um ambiente de felicidade, amor e compreensão. A família deve possuir a responsabilidade de fornecer os cuidados e proteção necessários à criança a fim de contribuir para o seu desenvolvimento harmonioso.

Contudo, por vezes, as famílias não asseguram os cuidados necessários à criança, de forma a permitir o seu desenvolvimento saudável, podendo ser necessária a aplicação de medidas de promoção dos direitos e de proteção de crianças e jovens em perigo. Estas medidas visam afastar as crianças e jovens das situações de perigo em que se encontram, proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral bem como assegurar a sua recuperação física e psicológica (Art. 34º, Lei 147/1999; Negrão et al., 2019).

1.1. A Medida de Acolhimento Familiar

O AF é uma medida de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em perigo que consiste em integrar, no seio de uma família ou pessoa singular, uma criança ou jovem que se encontre em situação de perigo (Art. 46º, nº1, Lei 142/2015). Os seus objetivos passam por assegurar à criança ou jovem: condições para a satisfação adequada das suas necessidades (físicas; psíquicas; emocionais e sociais); estabelecimento de laços afetivos, seguros e estáveis

cruciais para a estruturação e desenvolvimento harmonioso da personalidade; aquisição de competências que contribuem para a sua valorização, a nível pessoal, social, escolar e profissional; e condições para a construção da identidade e integração da sua história de vida (Art. 3º, nº1, Lei 139/2019). Deste modo, esta medida procura integrar a criança ou o jovem numa família que preste os cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar, bem como a educação necessária ao seu desenvolvimento integral (Art. 46º, nº1, Lei 142/2015).

O AF é uma medida de carácter temporário, uma vez que a sua execução visa a posterior integração da criança ou jovem numa família de forma permanente, por exemplo a reunificação familiar, isto é, a reintegração da criança ou do jovem na sua Família de Origem (FO) (Art. 2º, nº2, Lei 139/2019; Szilagyi et al., 2015). Caso tal não seja possível, pode haver a preparação da criança ou jovem para a autonomia de vida ou confiança a pessoa seleccionada para a adoção, FA ou instituição com vista a adoção ou para o apadrinhamento civil (Art. 46º, nº3, Lei 142/2015; Art. 2º, nº3, Lei 139/2019).

As principais razões que levam as crianças a serem separadas das suas FO e, consequentemente, a serem acolhidas tendem a ser a negligência, o abuso, a orfandade, o abandono, a pobreza, problemas de saúde mental dos progenitores, incapacidade, doença, consumo de substâncias por parte dos progenitores, situação de sem-abrigo e gravidez na adolescência (Barbell & Freundlich, 2001a; Berens & Nelson, 2015; Ijzendoorn et al., 2020; Li, Chng, & Chu, 2017). Em Portugal, no ano de 2020, a principal situação de perigo que conduziu ao acolhimento das crianças ou dos jovens foi a negligência, destacando-se a falta de supervisão e acompanhamento familiar. Outras situações referiram-se à ausência temporária de suporte familiar, aos comportamentos desviantes, ao abandono, e mau-trato psicológico. As situações de mau-trato físico e de violência sexual foram as menos prevalentes (ISS, 2021).

A literatura tem vindo a sugerir que o AF é uma alternativa de cuidados globalmente mais protetora do desenvolvimento da criança comparativamente ao AR. Numa revisão sistemática da literatura sobre os efeitos dos cuidados residenciais, os resultados revelaram que o AR tende a ter efeitos negativos no desenvolvimento da criança, sobretudo nos primeiros anos de vida, nomeadamente no domínio físico, cognitivo e socio-emocional (Ijzendoorn et al., 2020). Segundo um estudo que incluiu resultados de três meta-análises, as crianças em AR tendem a apresentar mais problemas comportamentais, de internalização e externalização, do que as crianças que se encontram em AF. Estes resultados sugerem que o AF parece ser um contexto mais promotor do desenvolvimento da criança do que o AR, possivelmente por constituir uma alternativa de cuidados mais individualizada, estável, responsiva, e que providencia um ambiente mais seguro e do tipo familiar (Li, Chng, & Chu, 2017). As crianças tendem a demonstrar uma rápida recuperação após a retirada do contexto institucional, pelo menos em alguns domínios do desenvolvimento (Ijzendoorn et al., 2020). Em linha com esta evidência, a Lei portuguesa de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo reforça que a aplicação da medida de AF deve ser privilegiada, sobretudo em relação a crianças mais pequenas até aos seis anos de idade (Art. 46º, nº4, Lei 142/2015).

1.2. O Acolhimento Familiar em Portugal

Em Portugal, no ano de 2020, encontravam-se em acolhimento 6.706 crianças e jovens. Destas, a maioria (5.787, 86%) estava acolhida em AR e apenas uma minoria (202, 3%) encontrava-se acolhida em AF (ISS, 2021).

Nos últimos 10 anos, tem-se verificado um decréscimo no número de crianças e jovens acolhidos em FA. Porém, no ano de 2020 verificou-se uma variação positiva (6%), tendo-se registado mais 11 acolhimentos face ao ano de 2019. No ano em análise, existiam em Portugal 202 FA, encontrando-se a maioria no norte do país e cerca de 30 em Lisboa. Apesar de se observar uma maior expressão do AF no norte do país, foi em Lisboa que se verificou o maior número de crianças acolhidas em famílias no ano de 2020. Tal pode ser explicado pelo lançamento da campanha “LX Acolhe” no final do ano de 2019, por parte da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), cujo objetivo foi a sensibilização, divulgação e recrutamento de FA (ISS, 2021; LX Acolhe, Programa de Acolhimento Familiar Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2020).

1.3. Desafios no Recrutamento e Retenção de Famílias de Acolhimento

Apesar de se observar um esforço para alterar o cenário do acolhimento no nosso país, a maioria das crianças e jovens encontra-se em AR e o número de FA é ainda reduzido. A nível mundial, mesmo em países nos quais o AF possui uma maior expressão, o número de crianças que necessita de ser acolhida em FA tem vindo a aumentar. Porém, o número de indivíduos que pretendem ser FA, ou que consideram continuar a ser FA, têm vindo a diminuir (Davi, Jones, & Gillen, 2021; Grimes-Vawters, 2016; Randle et al., 2012b). Deste modo, o recrutamento e a retenção de FA são aspetos fundamentais a ter em consideração na prática do AF (Barbell & Freundlich, 2001b; Hanlon et al., 2021).

Para responder a estes desafios, torna-se importante procurar compreender a intenção, as motivações para ser FA e as perceções dos indivíduos acerca do AF, a fim de informar as estratégias de recrutamento e retenção de FA. No entanto, a nível internacional e nacional observa-se uma escassez de instrumentos de avaliação validados cientificamente que possam servir de auxílio ao recrutamento e seleção de FA. Segundo uma revisão de literatura internacional, a evidência acerca de instrumentos disponíveis e do seu papel no processo de seleção de FA é limitada. Além disso, a maioria dos instrumentos de seleção que foram validados foram testados com FA em exercício e não com candidatos a FA, e em amostras pequenas, o que dificultou retirar conclusões robustas (Luke & Sebba, 2013). Os instrumentos existentes na área do AF tendem a ser construídos especificamente para estudos científicos não tendo, muitas vezes, como objetivo a sua validação científica para uso na prática do AF (e.g., Leber & LeCroy, 2012; Rhodes et al., 2006). Contudo, importa referir que, um estudo nacional recente pretendeu contribuir para responder a esta lacuna, através da validação científica de um questionário acerca das razões para ser FA, numa amostra da comunidade portuguesa (Magalhães et al., 2022). Quando complementados com outras fontes de informação, os instrumentos assumem um papel crucial para melhorar a seleção de FA (Luke & Sebba, 2013). Neste sentido, existe a necessidade de validação científica de instrumentos de apoio à formação, avaliação e seleção de FA.

1.4. Intenção de ser Família de Acolhimento

Tendo em conta a evolução do conceito, a estrutura e a organização de família, uma FA é, à semelhança das outras famílias, constituída por um conjunto de indivíduos que estabelecem entre si relações de confiança, fornecem suporte mútuo, são interdependentes e possui na sua base relações seguras e de afeto (Diogo & Branco, 2019). A intenção comportamental refere-se às disposições que um sujeito possui para a realização de um determinado comportamento,

como por exemplo a intenção de ser FA (Fishbein & Ajzen, 1975; citado por Lima & Correia, 2013). Segundo um estudo nacional, os indivíduos tendem a apresentar uma elevada disponibilidade para ser FA (Negrão et al., 2019).

A literatura tem vindo a sugerir que alguns dos fatores que parecem assumir um papel importante na explicação da intenção de ser FA são: 1) as características pessoais; 2) a familiaridade com o Sistema de Promoção e Proteção (SPP); 3) as motivações para ser FA; e 4) as perceções acerca do AF (Daniel, 2011; Davi, Jones, & Gillen, 2021; Gouveia, Magalhães, & Pinto, 2021; Hanlon et al., 2021; Sebba, 2012).

Relativamente às *características pessoais*, em específico as características sociodemográficas, existem estudos que indicam que tendem a ser os indivíduos mais novos que apresentam uma maior intenção de ser FA (Ciarrochi et al., 2012; Forber-Pratt, 2013; Magalhães et al., 2022; Randle et al., 2012a; Raudkivi, 2020), ao passo que outros sugerem que tendem a ser os indivíduos mais velhos que possuem uma maior intenção de ser FA (Contreras & Muñoz, 2016; Goodman et al., 2017). Existe uma tendência para serem os indivíduos do sexo feminino a ter uma maior intenção de ser FA e a entrar em contacto com os serviços responsáveis pelo AF em comparação com os indivíduos do sexo masculino (Contreras & Muñoz, 2016; Forber-Pratt, 2013; Magalhães et al., 2022; Randle et al., 2012a). No que diz respeito à escolaridade, os indivíduos que possuem um maior nível de escolaridade parecem apresentar maior intenção para ser FA (Ciarrochi et al., 2012; Cox, Orme, & Rhodes, 2003; Raudkivi, 2020). O estado civil também parece estar associado à intenção, tal que indivíduos que se encontram viúvos tendem a expressar uma maior intenção de ser FA (Ciarrochi et al., 2012). Relativamente à situação profissional, os indivíduos que estão empregados, ou que estão desempregados, mas à procura de emprego, parecem possuir uma maior intenção para acolher uma criança do que indivíduos que se encontram reformados (Ciarrochi et al., 2012). Alguns estudos sugerem que os indivíduos com filhos possuem uma maior intenção para ser FA (Randle et al., 2012a), sendo que outros indicam que a existência de filhos está associada a uma menor intenção (Contreras & Muñoz, 2016; Goodman et al., 2017).

No que diz respeito à *familiaridade com o SPP*, aspetos associados à vida pessoal, tais como ter vivido sem um dos progenitores, os pais terem sido FA de outras crianças, os próprios indivíduos terem tido experiências de acolhimento, ou ainda conhecer uma FA, ter uma relação próxima com uma FA ou conhecer uma criança acolhida parecem estar associados a uma maior propensão para ser FA (Baum, Crase, & Crase, 2001; Davi, Jones, & Gillen, 2021; De Maeyer et al., 2014; Diogo & Branco, 2017, 2019). Fatores associados à experiência profissional, nomeadamente ter trabalhado na área do acolhimento ou ter tido contacto direto ou indireto com contextos de privação (e.g., AR) ou com o sistema de promoção e proteção também parecem estar associados a uma maior intenção de ser FA (Baum, Crase, & Crase, 2001; Diogo & Branco, 2017, 2019).

1.5. Motivações para ser Família de Acolhimento

Estar motivado significa estar disposto a realizar algo. A motivação não é um construto unitário, uma vez que os indivíduos podem possuir diferentes níveis de motivação (e.g., muito ou pouca) e a orientação da motivação também pode variar. No que toca à orientação da motivação, esta diz respeito à razão pela qual estamos motivados para realizar as ações (Ryan & Deci, 2000).

As motivações para ser FA têm vindo a ser representadas de diferentes formas. Uma das formas pode ser organizá-las em motivações intrínsecas (i.e., forças inerentes ao indivíduo que atribuem direção às suas intenções e ações, como por exemplo valores, crenças e emoções) e em motivações extrínsecas (i.e., expectativas externas e/ou recompensas, ou seja, fatores externos que moldam o comportamento, como por exemplo a compensação monetária) (MacGregor et al., 2006; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006; Sebba, 2012). Outra forma de representar as motivações pode ser através de categorias de razões, nomeadamente em razões centradas na criança (foco nas necessidades da criança), razões autocentradas (foco nas necessidades do acolhedor; modo como o AF afeta diretamente o indivíduo) e razões centradas na sociedade/comunidade (foco na sociedade ou na comunidade) (De Maeyer et al., 2014; Migliorini et al., 2018; Rhodes et al., 2006; Sebba, 2012). Alguns fatores motivacionais podem ser mais facilmente atribuídos a uma das categorias (intrínseca; extrínseca; centrada na criança; autocentrada; centrada na sociedade/comunidade) do que outros (De Maeyer et al., 2014).

Relativamente às *razões centradas na criança* estas podem ser as seguintes: sentir amor, afeto e comprometimento em relação a crianças; pretender dar amor a uma criança; dar uma boa casa a uma criança; proporcionar à criança uma experiência familiar positiva; proteger uma criança do risco/perigo; ajudar uma criança em risco/perigo; evitar que a criança cresça em contexto de AR; proporcionar à criança uma infância caracterizada por estabilidade; ajudar uma criança com necessidades ou problemas específicos; fazer a diferença na vida de uma criança (Baum, Crase, & Crase, 2001; Broady et al., 2010; Cole, 2005; Coram, 2018; Daniel, 2011; Davi, Jones, & Gillen, 2021; De Maeyer et al., 2014; Diogo & Branco, 2017, 2019; Helm, Peltier, & Scovotti, 2006; Howell-Moroney, 2014; MacGregor et al., 2006; Nichols, 2019; Rhodes et al., 2006; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006; Tyebjee, 2003).

No que concerne às *razões autocentradas* estas podem ser: não poder ter (mais) filhos; superar a perda de um(a) filho/a; querer expandir a família; o(s) filho(s) terem-se tornado autónomos (preencher o “ninho vazio”); pretender continuar a ser pai/mãe; ser solteiro/a e querer ter um(a) filho/a; pretender ser pai/mãe; querer ser amado/a por uma criança; pretender ter companhia; querer melhorar a relação conjugal; pretender adotar no futuro; desejar adotar e o AF poder preparar e facilitar o processo de adoção; querer ser FA como alternativa à adoção; realização pessoal; pretender adicionar sentido à vida; precisar de algo na sua vida; necessidade de ser útil/preciso por parte de crianças; aumentar o rendimento económico; querer ajuda nas tarefas domésticas ou nos negócios familiares; ocupação profissional (Andersson, 2001; Baum, Crase, & Crase, 2001; Broady et al., 2010; Cole, 2005; Contreras & Muñoz, 2016; Daniel, 2011; Davi, Jones, & Gillen, 2021; De Maeyer et al., 2014; Diogo & Branco, 2017, 2019; Helm, Peltier, & Scovotti, 2006; Howell-Moroney, 2014; MacGregor et al., 2006; Migliorini et al., 2018; Rhodes et al., 2006; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006; Tyebjee, 2003).

Em relação às *razões centradas na sociedade/comunidade* estas podem ser: pretender contribuir de alguma forma para a sociedade/comunidade; possuir responsabilidade moral ou social; crenças religiosas/espirituais; querer ajudar o SPP; ter consciência da necessidade de AF e desejar dar-lhe resposta (Baum, Crase, & Crase, 2001 ; Cole, 2005; Daniel, 2011; Davi, Jones, & Gillen, 2021; De Maeyer et al., 2014; Diogo & Branco, 2017, 2019; Howell-Moroney, 2014; MacGregor et al., 2006; Nichols, 2019; Rhodes et al., 2006; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006; Tyebjee, 2003).

As *experiências pessoais*, como, por exemplo ter tido alguma experiência relacionada com o AF (e.g., oportunidades prévias para ser FA; pais terem sido FA de outras crianças; ter sido uma criança acolhida; conhecer uma FA; conhecer uma criança acolhida) e as *experiências profissionais*, tais como ter tido contacto direto ou indireto com o SPP, também podem constituir uma motivação para os indivíduos se tornarem FA (Baum, Crase, & Crase, 2001; Davi, Jones, & Gillen, 2021; De Maeyer et al., 2014; Diogo & Branco, 2017, 2019).

Outro dos fatores que pode motivar os indivíduos a tornarem-se FA é a *influência de outros significativos*, tais como familiares, amigos e pessoas da comunidade, através do encorajamento e suporte (Baum, Crase, & Crase, 2001; Raudkivi, 2020). O desejo do parceiro para ser FA também pode ser uma das razões pela qual os indivíduos se candidatam a FA (Baum, Crase, & Crase, 2001; De Maeyer et al., 2014). Podem, igualmente, existir motivações ligadas aos filhos biológicos, nomeadamente pretender ser FA para transmitir valores de altruísmo e de solidariedade aos mesmos, para que estes aprendam a partilhar e a aceitar diferenças, para satisfazer o desejo expresso pelos mesmos em acolher uma criança, ou para que tenham companhia ou alguém com quem interagir. Assim, as crianças acolhidas podem desempenhar o papel de irmãos (Andersson, 2001; Baum, Crase, & Crase, 2001; Davi, Jones, & Gillen, 2021; Diogo & Branco, 2019; Helm, Peltier, & Scovotti 2006; MacGregor et al., 2006; Rhodes et al., 2006).

Os indivíduos tendem a possuir uma combinação de diferentes razões para ser FA – e não apenas uma única razão –, isto é, podem possuir motivações para ser FA centradas na criança, autocentradas bem como centradas na sociedade/comunidade. Assim, os indivíduos podem possuir múltiplas razões para se tornar FA, umas mais e outras menos alinhadas com os objetivos da promoção e proteção. Deste modo, torna-se importante aceder às motivações intrínsecas bem como às motivações extrínsecas dos sujeitos, pois estes podem estar motivados para ser FA por uma combinação de processos internos e externos (De Maeyer et al., 2014; MacGregor et al., 2006; Rhodes et al., 2006; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006). De acordo com um estudo que procurou analisar as experiências e os desafios de profissionais responsáveis pelo recrutamento e seleção de candidatos a FA, a motivação é um dos domínios centrais a considerar no processo de avaliação dos candidatos (Caron et al., 2021). Na avaliação das razões pelas quais as famílias pretendem ser FA é importante perceber se estas são ou não compatíveis com os objetivos do AF. Assim, deve-se recorrer a instrumentos validados para analisar as motivações dos candidatos a FA, pois tal pode possibilitar o acesso às razões subjacentes à intenção de ser FA que podem não surgir numa entrevista individual ou numa sessão de grupo (De Maeyer et al., 2014).

A investigação na área da motivação para ser FA tem vindo a revelar que tendem a ser as motivações intrínsecas, altruístas ou centradas na criança ou na sociedade/comunidade que estão mais associadas à intenção de ser FA. As motivações extrínsecas são as que tendem a estar menos associadas à propensão de ser FA. Por exemplo, a literatura indica que pretender aumentar o rendimento económico parece não ser uma motivação importante para a maioria dos indivíduos, os que apresentam esta motivação tendem a justificá-la referindo, por exemplo que a compensação monetária possibilita que as crianças acolhidas possuam dinheiro suficiente para o vestuário ou atividades de forma que se possam integrar nos seus grupos de pares (Cole, 2005; Daniel, 2011; Diogo & Branco, 2017, 2019; De Maeyer et al., 2014; Kirton, 2001; MacGregor et al., 2006; Magalhães et al., 2022; Migliorini et al., 2018; Nichols, 2019; Rhodes et al., 2006; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006; Tyebjee, 2003).

Deste modo, aquando do recrutamento e seleção de FA é fundamental procurar compreender quais os tipos de motivações dos indivíduos que se candidatam a FA, ou seja, perceber as razões pelas quais pretendem tornar-se FA, uma vez que motivações específicas podem estar associadas a vários aspetos importantes do AF, tais como, a satisfação das famílias em ser FA, a retenção das FA, o número de acolhimentos a realizar bem como o sucesso do AF (De Maeyer et al., 2014; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006).

Por exemplo, no estudo de Cole (2005) que procurou analisar os efeitos das razões para ser FA na qualidade de vinculação, os resultados indicaram que o desejo de expandir a família e a preocupação social em relação à comunidade pareceram ser preditores de uma vinculação segura, ou seja, estas FA parecem ser capazes de traduzir as suas motivações numa relação de cuidado positiva com a criança, o que contribui para o desenvolvimento de relações de vinculação seguras. Por outro lado, as razões espirituais ou religiosas, querer adotar uma criança ou querer preencher o “ninho vazio” pareceram ser preditores de uma vinculação insegura, ou seja, estas FA parecem não ser tão capazes de colocar as necessidades das crianças sobre as suas próprias necessidades. Outro dos resultados interessantes deste estudo foi o de que, apesar de as FA cuja motivação era expandir a família terem sido capazes de estabelecer relações de vinculação seguras com as crianças em acolhimento, aquelas que estavam motivadas pelo desejo de adotar uma criança tinham menos probabilidade de desenvolver relações de vinculação seguras com as crianças acolhidas. Este resultado pode ser explicado pelo facto de as famílias que são FA pelo desejo de adotar possuírem um elevado grau de incerteza e falta de controlo, por não saberem se a criança irá permanecer acolhida, reintegrada na FO ou colocada noutra FA o que pode levar os acolhedores a não realizar o investimento emocional que é necessário para desenvolver uma relação de vinculação segura com a criança. Deste modo, determinadas razões para ser FA podem estar associadas a *outcomes* da criança mais positivos do que outras. Assim, aceder às razões que levam os indivíduos a candidatarem-se a FA pode ajudar a identificar acolhedores com elevado potencial e cujo perfil motivacional esteja mais alinhado com os objetivos do AF (Rhodes et al., 2006).

As motivações intrínsecas e extrínsecas parecem ter um papel importante para os indivíduos se tornarem FA, mas também para continuarem a sê-lo, nomeadamente as motivações intrínsecas tendem a estar mais associadas à decisão de continuar a ser FA. Além disso, acolhedores mais satisfeitos também tendem a ser mais propensos de continuar a ser FA. Esta satisfação pode advir das recompensas que os acolhedores recebem por ser FA (e.g., interações positivas com a criança; assistir à reunificação familiar da criança; apoiar o processo de crescimento e desenvolvimento da criança) (Daniel, 2011; Geiger, Hayes, & Lietz, 2013; MacGregor et al., 2006).

As FA que percebem uma correspondência adequada entre aquilo que são as suas motivações para ser FA e a sua experiência atual de acolhimento tendem a apresentar uma maior propensão para continuar a ser FA, uma vez que tal contribui para a satisfação com o seu papel. As experiências atuais das FA parecem, assim, influenciar a decisão de continuar a ser FA, tal que experiências positivas com a criança tendem a promover a continuação do AF e experiências menos positivas tendem a reduzir a intenção para continuar a ser FA (e.g., pouco progresso com a criança) ou até podem levar à cessação do AF (e.g., receio pela própria segurança). Deste modo, quando as expectativas iniciais em relação à experiência de AF estão efetivamente em concordância com a experiência atual de AF estas tendem a incentivar a continuação do AF, porém quando não existe concordância tal pode desincentivar a continuação do AF ou até levar à sua cessação (Broady et al., 2010; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006). Deste modo, ao se identificarem as motivações das FA poderá ser possível fornecer-lhes os serviços e o apoio necessário que estejam alinhados com essas motivações, uma vez que tal pode estar associado à retenção das FA (MacGregor et al., 2006).

Determinadas razões para ser FA parecem estar mais associadas à realização de um maior número de acolhimentos, ou seja, a acolher mais crianças. No estudo de Rhodes et al. (2006), os resultados indicaram que acolhedores com razões para ser FA, tais como querer ajudar crianças com necessidades específicas tenderam a realizar mais acolhimentos e apresentaram uma maior propensão de possuir uma criança acolhida na altura da realização do estudo. Acolhedores cuja razão para ser FA era pretender continuar a cuidar de crianças depois dos seus filhos serem autónomos também tenderam a realizar mais acolhimentos e a apresentar uma maior propensão para continuar a ser FA. Além disso, acolhedores cuja razão para ser FA era pretender expandir a família tenderam a acolher crianças com diferentes necessidades específicas e de diversos *backgrounds* culturais. Por outro lado, acolhedores com razões para ser FA, tais como querer companhia; querer ser amado por uma criança; estar solteiro e querer ter uma criança tenderam a realizar menos acolhimentos. Na mesma linha, no estudo de Howell-Moroney (2014), os resultados sugeriram que indivíduos motivados para ser FA por razões religiosas e altruístas tenderam a realizar mais acolhimentos.

1.6. Perceções sobre o Acolhimento Familiar

A percepção é a primeira forma de contacto do indivíduo com o mundo ao seu redor, a nível cognitivo (Efron, 1969). De acordo com Graham (1869), percepção é tudo aquilo que percebemos ou que adquirimos conhecimento, é uma ideia acerca de algo.

Na área do AF, os estudos têm vindo a explorar, principalmente, as percepções em relação: 1) à criança acolhida; 2) à FO da criança; 3) à medida de AF; 4) às FA; e 5) aos serviços de promoção e proteção, por parte de FA em exercício, FA em formação, profissionais do SPP e da população geral. No entanto, os estudos da percepção da população geral acerca do AF são reduzidos e não parecem existir estudos a nível nacional ou internacional que explorem, num só estudo, todos estes domínios de percepção.

A exploração das percepções e dos conhecimentos da população geral acerca do AF contribui para o desenvolvimento de campanhas de sensibilização, informar as estratégias de recrutamento das famílias, compreender quais as áreas nas quais é necessário incidir na formação e acompanhamento das mesmas bem como responder a questões envolvidas nas políticas de acolhimento (Broady et al., 2010; Contreras & Muñoz, 2016; Leber & LeCroy, 2012; Negrão et al., 2019; Nichols, 2019; Randle et al., 2012b).

No que concerne à *percepção das características das crianças* acolhidas em AF, os resultados do estudo de Contreras e Muñoz (2016) indicaram que as características percecionadas foram a pertença a áreas cultural e economicamente desfavorecidas, possuir uma idade inferior a 12 anos e apresentar problemas comportamentais. O estudo de Daniel (2011) revelou parecer existir a percepção de que as crianças acolhidas são “más” e que podem ser cuidadas como qualquer outra criança.

Alguns acolhedores podem apresentar dificuldades em acolher crianças que manifestam problemas emocionais e comportamentais, por não se sentirem tão capazes ou preparados para lidar com os mesmos ou pela percepção de problemas de segurança para a FA (Nichols, 2019). Apesar destas preocupações sentidas por alguns sujeitos, outros pretendem ser FA, particularmente, para acolher crianças mais vulneráveis (Rosenwald & Bronstein, 2008). Segundo a perspetiva de técnicos e acolhedores, as FA devem procurar promover o desenvolvimento socio-emocional, a saúde física e mental, a educação e ter especial atenção aos problemas comportamentais das crianças (Pinto & Luke, 2022).

No que diz respeito à *percepção da FO da criança*, os indivíduos tendem a reconhecer o seu papel crucial na vida das crianças e a importância de as FA cooperarem com a mesma (Contreras & Muñoz, 2016; Diogo & Branco, 2017, 2019; Friedman, 2019; Pinto & Luke, 2022; Sprecher et al., 2021). Deste modo, as FA tendem a cooperar com a FO da criança, estabelecer uma relação positiva com a mesma, partilhar papéis ou responsabilidades parentais, estratégias educativas e apoiá-la, tal sugere que tendem a estar cientes de que uma família com competência pode garantir um cuidado adequado à criança (Diogo & Branco, 2017, 2019). As FA tendem a potenciar a relação entre a criança e a sua FO por reconhecerem os seus benefícios quer para os acolhedores quer para a criança. O contacto entre a FO e a criança é fundamental para manter as relações de vinculação, para a compreensão por parte da criança da sua história pessoal e familiar, contribui para o seu sentido de identidade e compreensão das razões que levaram ao acolhimento. Tal promove o desenvolvimento de uma visão mais realista (menos idealizada) da sua família biológica, reduz a ansiedade e incerteza em relação à mesma bem como o *distress* e a perda emocional que tendem a experienciar na separação da sua família. O contacto é igualmente importante para atingir um dos objetivos do AF, designadamente a reunificação familiar. Assim, o contacto pode contribuir positivamente para o desenvolvimento e bem-estar da criança, bem como para o sucesso do AF (Contreras & Muñoz, 2016; Delgado et al., 2017; Diogo & Branco, 2017, 2019; Fuentes, 2019; Pinto & Luke, 2022).

Todavia, por vezes, a relação entre a FA e a FO é caracterizada por dificuldades e percecionada como fator de stress e preocupação (Broady et al., 2010; Delgado et al., 2015; Diogo & Branco, 2017; Fuentes, 2019; Negrão et al., 2019; Nichols, 2019; Pinto & Luke, 2022). As dificuldades podem referir-se à falta de colaboração e comunicação entre as famílias, o que pode conduzir a percepções negativas, medos e desconfiança por parte de ambas, as crianças podem experienciar conflitos de lealdade, *distress* e ansiedade. Outra das dificuldades pode ser a falta de coordenação entre a FA e os serviços. Deste modo, a importância da cooperação entre ambas as famílias e a importância da relação e do contacto entre a criança e a sua FO, bem como as estratégias para promovê-los, devem ser abordados na formação das FA (Contreras & Muñoz, 2016; Delgado et al., 2015; Delgado et al., 2017; Pinto & Luke, 2022). Também os serviços parecem assumir um papel crucial para reduzir as dificuldades e desafios que podem surgir nesse contacto, através de uma comunicação, partilha de informação, planeamento, preparação, mediação adequados, apoio na redução do stress possivelmente experienciado pela FA ou FO e apoio às crianças no que se refere a problemas sentidos nesses contactos (Austerberry et al., 2013; Delgado et al., 2017; Fuentes, 2019).

De uma forma geral, os indivíduos tendem a apresentar uma *percepção* positiva *em relação ao AF* (Ferguson, 2020; Leber & LeCroy, 2012; Negrão et al., 2019; Raudkivi, 2020; Tyebjee, 2003). Perante a necessidade de separação de uma criança da sua família biológica por se encontrar numa situação de perigo, os indivíduos tendem a considerar que o AF é a melhor opção uma vez que a medida é percecionada como sendo mais personalizada, individualizada, afetiva e protetora para as crianças, ou seja, o contexto familiar é mais adequado para responder às necessidades da criança. Assim, tendem a percecionar mais efeitos positivos do que negativos no AF (Contreras & Muñoz, 2016; Daniel, 2011; Diogo & Branco, 2019; Negrão et al., 2019).

O nível de conhecimento acerca do AF parece variar em função dos contextos de AF, existindo indivíduos que manifestam um nível de conhecimento adequado e outros que apresentam um nível de conhecimento mais reduzido acerca do AF. Por exemplo, existem indivíduos que parecem confundir a medida de AF com a de adoção, desconhecem o número total de crianças em acolhimento, subestimam o número de crianças que se encontram acolhidas em AR e sobrestimam as que se encontram acolhidas em FA, possuem uma percepção incorreta das principais razões que levam ao acolhimento e incerteza face à motivação dos candidatos a FA para aumentar o rendimento económico (Contreras & Muñoz, 2016; Coram, 2018; Daniel, 2011; Leber & LeCroy, 2012; Negrão et al., 2019; Nichols, 2019).

De acordo com uma equipa de profissionais portuguesa de suporte ao AF, os candidatos a FA tendem a ter pouco conhecimento sobre o que é o AF antes de iniciarem a formação. Por vezes, possuem uma perspetiva irrealista, não tendo em conta as implicações multidimensionais do processo de AF, o nível de exigência e complexidade, bem como o impacto que este pode ter nas suas vidas, a nível pessoal, da dinâmica familiar e das suas crianças (Diogo & Branco, 2019). A formação das FA parece ser percecionada como fundamental, pois a transmissão de informação acerca dos vários aspetos do AF permite clarificar e preparar as FA para o desempenho do seu papel (Baum, Crase, & Crase, 2001; Contreras & Muñoz, 2016).

Relativamente à *duração do AF*, inicialmente os indivíduos não tendem a perceber o AF como uma medida de colocação temporária, mas acabam por aceitar o seu carácter temporário e que esta pode conduzir à reunificação familiar (Diogo & Branco, 2017; Pinto & Luke, 2022). Porém, existem indivíduos que consideram que, na prática, as crianças tendem a permanecer acolhidas nas FA por um longo período de tempo, por exemplo, até se tornarem autónomas (Leber & LeCroy, 2012; Pinto & Luke, 2022). Existem indivíduos que desejam algo mais permanente e que apesar de reconhecerem o direito da família biológica em relação à criança, revelam que as suas experiências de AF levaram a que percecionassem a criança como sendo “delas”, por vezes consideram que seria do superior interesse da criança permanecer na FA e que esta deveria de ter a possibilidade de adotar a criança (Broady et al., 2010; Contreras & Muñoz, 2016; Negrão et al., 2019). A cessação do acolhimento é percecionada como um momento desafiante, principalmente a nível emocional, porém as FA tendem a sentir satisfação se existir a possibilidade de continuar a ter contacto com a criança e se perceberem que esta se encontra bem após a cessação do acolhimento (Diogo & Branco, 2017). Assim, o carácter temporário da medida de AF pode constituir uma barreira aquando da candidatura a FA. Deste modo, é crucial que as FA adquiram conhecimento relativo ao carácter temporário e à finalidade do AF, recebam suporte aquando da sua cessação, haja a desconstrução de possíveis crenças falsas e barreiras bem como resposta a necessidades e preocupações (Contreras & Muñoz, 2016; Daniel, 2011; Diogo & Branco, 2017).

Segundo Friedman (2019), numa fase inicial as FA tendem a ter expectativas irreais sobre o que significa ser FA ou podem ter dúvidas em relação ao seu papel. Os acolhedores que possuem atitudes positivas em relação à *experiência de acolhimento* também tendem a apresentar atitudes positivas em relação à parentalidade, o que pode contribuir positivamente para o bem-estar da criança e para a qualidade do acolhimento. A vinculação parece ser crucial para o papel dos acolhedores, tal que experiências positivas de vinculação parecem enriquecer a percepção das FA em relação à experiência de AF (Harden et al., 2008). A criança possui a capacidade de se vincular a vários adultos. Assim, considerando a natureza temporária da medida de AF é fundamental promover uma transição adequada para a criança e para a FA (Diogo & Branco, 2019). Segundo a percepção de uma amostra de acolhedores portugueses, na maioria dos casos não existe a preparação da criança para o acolhimento (Delgado et al., 2015). Contudo, a chegada da criança à FA tende a ser descrita como um momento de alegria, a criança é desejada e integrada na família como mais um membro pertencente à família (Diogo & Branco, 2017). Os membros da família dos acolhedores e a sua rede social também parecem ser importantes na integração da criança na FA, através dos diferentes tipos de suporte, pois o estabelecimento de laços com a criança contribui para o seu sentido de pertença (Pinto & Luke, 2022).

À semelhança de outras famílias, nas FA, a parentalidade é caracterizada por desafios e recompensas (Diogo & Branco, 2017, 2019). Uma dificuldade percebida tende a ser ajudar a criança a lidar com as situações que levaram ao seu acolhimento (Contreras & Muñoz, 2016). Num estudo com FA, estas transmitiram sentir um conflito entre a percepção relativa ao poder transformador das relações e a história de vida da criança. Ainda assim demonstraram ter conhecimento de que o estabelecimento de uma relação de confiança com a criança é um processo gradual e muitas vezes não linear e quando estabelecida tende a contribuir para a recuperação da criança (Sprecher et al., 2021). Muitas vezes a FA desempenha um papel reparador, quase que terapêutico (Diogo & Branco, 2019). Segundo Delgado et al. (2015), ao longo do acolhimento parece existir uma evolução positiva do desenvolvimento da criança em diferentes áreas da sua vida, nomeadamente nas relações sociais, integração social, saúde física, bem-estar psicológico, comportamento e percurso escolar. Outros dos desafios parecem ser exercer uma coparentalidade com a família biológica da criança e com os serviços, receio de ficar sobrecarregado com as tarefas inerentes ao acolhimento e a percepção de estigma associado às FA (Daniel, 2011; Nichols, 2019; Rosenwald & Bronstein, 2008).

Relativamente às *responsabilidades das FA*, num estudo com FA em formação estas referiram que iriam cuidar da criança acolhida da mesma forma que os seus filhos biológicos (Friedman, 2019). Pelo contrário, existem estudos com técnicos e acolhedores que sugerem que as FA muitas vezes têm de realizar um esforço para cuidar das crianças acolhidas de forma idêntica aos seus filhos biológicos, pois apesar de as integrarem nas suas famílias, as FA têm de ter em conta as regulamentações dos serviços, as necessidades de desenvolvimento da criança acolhida bem como assegurar a sua identidade e individualidade (Pinto & Luke, 2022; Sprecher et al., 2021).

Para a família que acolhe uma criança em situação de perigo parece existir uma satisfação individual, marital e familiar pelo exercício da parentalidade e fraternidade com o novo membro da família (Diogo & Branco, 2019). As dinâmicas familiares e pessoais tendem a mudar, contudo, esta mudança é percecionada como ocorrendo de forma natural durante o AF. Também ocorrem ajustamentos em termos de espaço físico, horários e rotinas (Diogo & Branco, 2017). No entanto, alguns indivíduos percecionam um potencial risco em acolher uma criança, nomeadamente a nível das relações familiares (e.g., relações conjugais; relação entre filhos biológicos e a criança acolhida), antecipando um possível impacto negativo nessas relações. Apesar de ser importante as potenciais FA estarem cientes dos possíveis comprometimentos de segurança que podem advir, é igualmente importante que lhes seja transmitida a informação de que os incidentes que podem colocar em causa a sua segurança são reduzidos (Broady et al., 2010; Nichols, 2019).

No que diz respeito aos *serviços de promoção e proteção*, de uma forma geral, os indivíduos tendem a reconhecer a sua importância e a necessidade de ser dada maior atenção e apoio ao sistema de AF (Ferguson, 2020; Leber & LeCroy, 2012; Negrão et al., 2019). Um estudo com FA em formação indicou que estas parecem não compreender alguns aspetos procedimentais e do regulamento do sistema de AF (e.g., requisitos para ser FA; procedimentos aquando da chegada da criança à FA; serviços aos quais podem recorrer) (Friedman, 2019). Por outro lado, de acordo com algumas FA os aspetos procedimentais dos serviços são compreendidos como fazendo parte do processo de AF, assim parecem ter consciência dos aspetos burocráticos e legais inerentes à função de FA (Diogo & Branco, 2017).

Os técnicos da área do AF constituem uma fonte de apoio e, consequentemente, contribuem para o papel dos acolhedores e para a estabilidade do acolhimento das crianças (Pinto & Luke, 2022). As FA parecem apreciar relações próximas e uma boa comunicação com a equipa de profissionais, a sua disponibilidade e feedback, reconhecimento, consideração pelas opiniões e envolvimento na tomada de decisão, formação e suporte. Estes aspetos são fundamentais para assegurar a satisfação e a retenção das FA (Broady et al., 2010; Daniel, 2011; Delgado et al., 2015; Diogo & Branco, 2017; MacGregor et al., 2006; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006; Rosenwald & Bronstein, 2008). Num estudo com uma amostra portuguesa, os acolhedores tenderam a considerar que o apoio dos técnicos era importante sobretudo em casos mais extremos, nomeadamente quando o acolhimento era caracterizado por instabilidade (Pinto & Luke, 2022). Segundo Delgado et al. (2015), é crucial que as FA, obtenham apoio na resolução de problemas e que exista um contacto regular entre os agentes do AF ao longo de todo o acolhimento e não apenas em situações de crise.

Relativamente às dificuldades que os indivíduos percecionam no apoio dos serviços, a literatura tem vindo a sugerir que estas se referem à falta de comunicação, coordenação, disponibilidade para com a FA, contacto irregular, inconsistência (e.g., turnover dos técnicos), não valorização e desconfiança relativa ao papel desempenhado pelas FA, falta de transmissão de informação (e.g., sobre a criança), reduzida consideração das opiniões dos acolhedores e pouco envolvimento na tomada de decisão, necessidade de respostas imediatas em situação de crise, elevada monitorização, delegação de responsabilidades na FA, reduzido acompanhamento depois da integração da criança na FA, necessidade de acesso a recursos adicionais (e.g., saúde, educação) (Broady et al., 2010; Daniel, 2011; Delgado et al., 2015; Fuentes, 2019; MacGregor et al., 2006; Pinto & Luke, 2022; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006; Rosenwald & Bronstein, 2008; Sprecher et al., 2021). Apesar destes aspetos a melhorar, alguns indivíduos manifestam a sua compreensão e não criticam os técnicos, pois têm consciência que estes também possuem dificuldades e desafios que podem comprometer o desempenho das suas funções de forma efetiva (e.g., volume processual) (MacGregor et al., 2006; Rosenwald & Bronstein, 2008).

No que se refere ao papel das percepções em relação ao AF na intenção de ser FA, a literatura tem apresentado resultados mistos. Por exemplo, quando os indivíduos percecionam a experiência de ser FA como pouco difícil tendem a demonstrar maior interesse em ser FA (Davi, Jones, & Gillen, 2021). Percepções negativas por parte da população em relação ao AF podem constituir uma barreira para os indivíduos se tornarem FA (Daniel, 2011; Hanlon et al., 2021). A consciência em relação ao AF pode ter uma influência importante nas potenciais FA (Sebba, 2012). De acordo com Randle et al. (2012b), os indivíduos podem não tornar-se FA por não possuírem conhecimentos acerca do AF. Por outro lado, no estudo de Negrão et al. (2019), os resultados revelaram que indivíduos com reduzidos conhecimentos sobre o AF tenderam a apresentar elevada disponibilidade para ser FA. Segundo Helm, Peltier e Scovotti (2006), indivíduos que percecionam um maior nível de conhecimento sobre o AF tendem a apresentar maior propensão para se tornarem FA, independentemente do seu verdadeiro nível de conhecimento acerca do AF. No entanto, os resultados do estudo de Ferguson (2020) sugeriram que as percepções positivas e os conhecimentos em relação ao sistema de AF não influenciaram significativamente a intenção de acolher uma criança.

1.7. O Presente Estudo

Face ao exposto, com o presente estudo, pretende-se aprofundar o conhecimento científico na área do AF e disponibilizar instrumentos validados que possam servir de apoio à formação, avaliação e seleção de FA. Em específico, pretende-se analisar, de forma exploratória, as propriedades psicométricas de dois questionários, um de motivações para ser FA e outro de percepções acerca do AF. Adicionalmente, pretende-se explorar a intenção de ser FA, descrever as motivações para se ser FA e as percepções da população geral portuguesa sobre o AF, bem como analisar as relações entre as motivações, as percepções, o nível de conhecimento acerca do AF, assim como os fatores sociodemográficos e a intenção de ser FA. Tendo em conta a revisão de literatura, espera-se: (a) que uma combinação de motivações para ser FA (i.e., razões centradas na criança, razões autocentradas e razões centradas na sociedade/comunidade) venham a emergir; (b) que os sujeitos manifestem percepções realistas e/ou positivas bem como percepções irrealistas e/ou negativas acerca do AF (i.e., percepções em relação à criança acolhida, à FO da criança, à medida de AF, às FA e aos serviços de promoção e proteção); (c) que os sujeitos manifestem elevada intenção de ser FA; (d) que a intenção de ser FA esteja associada a fatores sociodemográficos (e.g., sexo feminino, maior nível de escolaridade, segurança no emprego), ao contacto e experiência (pessoal ou profissional) no âmbito do SPP, e um nível mais elevado de conhecimento percebido acerca do AF; (e) que os participantes cujas razões

para ser FA sejam maioritariamente centradas na criança tenham maior intenção para ser FA; e
(f) que percepções acerca do AF mais realistas e/ou positivas estejam associadas a uma maior intenção de ser FA.

Capítulo 2

Método

2.1. Participantes

Tal como se pode observar no Quadro 2.1., a amostra do presente estudo é constituída por um total de 290 participantes, cujas idades estavam compreendidas entre os 25 e os 76 anos ($M = 42.02$, $DP = 10.78$), a maioria era do sexo feminino ($n = 250$, 86.2%) e apresenta nacionalidade portuguesa ($n = 284$, 97.9%). Relativamente à área de residência dos participantes, 166 residiam na área metropolitana de Lisboa/Lisboa e Vale do Tejo (57.2%), 72 participantes residiam no norte de Portugal (24.8%), 35 no centro (12.1%), nove no Alentejo (3.1%), quatro no Algarve (1.4%), um na Região Autónoma dos Açores (0.3%) e três na Região Autónoma da Madeira (1.0%). No que diz respeito ao grau de escolaridade, a maioria dos participantes possuía o ensino superior ($n = 252$, 86.9%). Em relação ao estado civil, 193 participantes estavam casados ou em união de facto (66.6%), 67 estavam solteiros (23.1%), 27 estavam divorciados ou separados (9.3%) e três estavam viúvos (1.0%). A grande maioria dos sujeitos estavam empregados ($n = 261$, 90.0%), 11 estavam reformados (3.8%), sete estavam desempregados (2.4%), sete eram estudantes (2.4%) e quatro participantes não trabalhavam por opção própria (1.4%). Relativamente aos filhos, 186 participantes tinham filhos (64.1%) e 104 não possuíam filhos (35.9%).

A nível pessoal, a maioria dos participantes do presente estudo não têm nem tiveram contacto ou experiência quer no âmbito do AF ($n = 219$, 75.5%), quer no âmbito do AR ($n = 209$, 72.1%). A nível da adoção, 153 participantes não têm nem tiveram contacto nesse âmbito (52.8%) e 137 têm ou tiveram contacto no âmbito da adoção (47.2%).

No que concerne à experiência profissional em contexto de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em perigo, 159 participantes nunca trabalharam neste contexto (54.8%), 83 trabalham atualmente neste contexto (28.6%) e 48 participantes já trabalharam neste contexto (16.6%).

Quadro 2.1

Caracterização Sociodemográfica da Amostra

	M±DP	n (%)
Idade (anos)	42.02 ±10.78	
Sexo		
Masculino		38 (13.10%)
Feminino		250 (86.20%)
Não quero responder		2 (0.70%)
Nacionalidade		
Portuguesa		284 (97.90%)
Outra		6 (2.10%)
Área de residência		
Norte		72 (24.80%)
Centro		35 (12.10%)
Área metropolitana de Lisboa/Lisboa e Vale do Tejo		166 (57.20%)
Alentejo		9 (3.10%)
Algarve		4 (1.40%)
R.A. dos Açores		1 (0.30%)
R.A. da Madeira		3 (1.00%)
Grau de escolaridade		
Até 12 anos		38 (13.10%)
Ensino superior		252 (86.90%)
Estado civil		
Solteiro/a		67 (23.10%)
Casado/a ou em união de facto		193 (66.60%)
Divorciado/a ou separado/a		27 (9.30%)
Viúvo/a		3 (1.00%)
Situação profissional		
Empregado/a		261 (90.00%)
Desempregado/a		7 (2.40%)
Não trabalho por opção própria		4 (1.40%)
Reformado/a/ Invalidez		11 (3.80%)
Estudante		7 (2.40%)
Filhos		
Com filhos		186 (64.10%)
Sem filhos		104 (35.90%)
Contacto/Experiência pessoal no âmbito do AF		71 (24.50%)
Contacto/Experiência pessoal no âmbito do AR		81 (27.90%)
Contacto/Experiência pessoal no âmbito da Adoção		137 (47.20%)

Experiência profissional em contexto de promoção e proteção	
Já ter trabalhado	48 (16.60%)
Trabalhar atualmente	83 (28.60%)
Nunca ter trabalhado	159 (54.80%)

2.2. Instrumentos

Os instrumentos que constituem o presente estudo são os seguintes: 1) um questionário sociodemográfico; 2) duas questões que avaliam a intenção de ser FA; 3) um questionário de motivações para ser FA; e 4) um questionário de perceções sobre o AF. Face à escassez de instrumentos de apoio à formação, avaliação e seleção de FA no contexto português, estes questionários foram construídos no âmbito de um Projeto mais amplo, intitulado “Modelo Integrado de Acolhimento Familiar (MIAF)”, pelo ProChild CoLAB, pelo Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, pela Universidade Católica Portuguesa e pela SCML, com base na revisão de literatura nacional (e.g., Diogo & Branco, 2019; Negrão et al., 2019) e internacional (e.g., Harden et al., 2008; Sebba, 2012) sobre o AF, incluindo instrumentos já desenvolvidos na área (e.g., *Casey Foster Applicant Inventory* de Orme et al., 2006). Após a construção de uma primeira versão dos questionários, foi realizada uma reflexão falada sobre os mesmos com cinco FA em exercício, no âmbito do Programa de Acolhimento Familiar da SCML, “LX Acolhe” da qual resultaram algumas alterações aos itens que constituem os questionários. Esta versão dos questionários foi aplicada, no processo de avaliação conduzido pelas equipas técnicas do AF da SCML, a cerca de 60 candidatos a FA. Neste processo de avaliação, no âmbito do processo de validação científica MIAF, a equipa técnica recorreu não só aos questionários, mas também a entrevistas, tendo surgido sugestões de melhoria aos questionários por parte de 12 técnicos. Destas sugestões, resultou uma versão final dos questionários que foi a utilizada no presente estudo, e que a seguir estão descritos.

2.2.1. Questionário Sociodemográfico

O questionário sociodemográfico é constituído por 13 questões que permitem recolher informações sobre a idade, o sexo, a nacionalidade, a área de residência, o grau de escolaridade, o estado civil, a situação profissional, o número de filhos, a experiência pessoal de AF/ AR/ Adoção, a experiência profissional em contexto de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em perigo e o nível de conhecimento sobre o AF.

2.2.2. *Intenção de ser Família de Acolhimento*

Para avaliar a intenção de ser FA, foi solicitado aos participantes o preenchimento de um questionário composto por duas questões. A primeira questão foi a seguinte: “Já ponderou candidatar-se a família de acolhimento?”, tendo sido respondida através de uma escala do tipo *Likert* de um a cinco pontos, em que um significa “Nunca” e cinco significa “Muito Frequentemente”. A segunda questão foi a seguinte: “Caso fosse feito um pedido à sua família para acolher uma criança separada da sua família biológica e a decisão dependesse apenas de si, o que responderia?”, tendo sido respondida através de uma escala do tipo *Likert* de um a cinco pontos, em que um significa “Definitivamente não” e cinco significa “Definitivamente sim”. Esta questão foi traduzida e adaptada do estudo de Raudkivi (2020). Valores mais elevados representam uma maior intenção de ser FA.

Tal como já foi mencionado, a intenção de ser FA foi avaliada através de duas questões. A fim de facilitar as análises estatísticas procedeu-se ao cálculo do coeficiente de correlação de *Spearman* entre os dois itens que pretendem avaliar a intenção de ser FA, cujo valor indicou a existência de uma associação moderada, positiva e significativa entre os dois itens ($r_s = .51$, $p \leq .001$). Deste modo, foi criada uma variável compósita para a intenção de ser FA, através do cálculo dos valores médios dos dois itens que medem a intenção de ser FA (i.e., intenção geral de ser FA) ($\alpha = .66$).

2.2.3. *Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento*

O questionário de motivações para ser família de acolhimento inclui 35 itens sobre possíveis motivações para ser FA e uma questão adicional final não obrigatória que permite aos participantes acrescentarem outras motivações para ser FA. Um exemplo de um item deste questionário é: “Se, um dia, eu me viesse a candidatar a família de acolhimento seria porque: Quero dar amor a uma criança”. Os itens foram respondidos através de uma escala do tipo *Likert* de um a cinco pontos, em que um significa “Discordo Totalmente” e cinco significa “Concordo Totalmente”. Valores mais elevados significam uma maior concordância com a motivação para ser FA referida no item.

2.2.4. *Questionário de Perceções sobre o Acolhimento Familiar*

O questionário de perceções sobre o acolhimento familiar pretende avaliar as perceções dos indivíduos sobre o AF em Portugal e é composto por 73 itens. Um exemplo de um item deste questionário é: “Uma das funções da família de acolhimento pode passar por ajudar a criança a manter os vínculos à sua família de origem”. Os itens foram respondidos através de uma escala

do tipo *Likert* de um a cinco pontos, em que um significa “Discordo Totalmente” e cinco significa “Concordo Totalmente”. Valores mais elevados indicam uma maior concordância com a percepção sobre o AF referida no item.

2.3. Procedimento

Os participantes foram recrutados, entre os meses de fevereiro e junho de 2022, através das redes sociais e via *email*, nos quais foi divulgado o objetivo do estudo e o link para o preenchimento dos questionários. Os questionários foram disponibilizados *online* através da plataforma gerador de formulários do ProChild CoLAB. Este é um sistema de gestão de inquéritos *online* que permite criar e publicar formulários personalizados, bem como aceder e consultar, de forma segura, a base de dados resultante.

O pedido de realização do presente estudo foi submetido e, posteriormente, aprovado pela Comissão de Ética do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa (parecer 129/2021) e foram seguidos todos os critérios de ética da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) e da Associação Americana de Psicologia (APA). O consentimento informado foi apresentado e solicitado imediatamente antes do preenchimento *online* dos questionários. No consentimento informado foi descrito o objetivo do estudo, apresentado o conceito de AF, descrito o caráter voluntário, anónimo e confidencial do estudo bem como indicado a duração do preenchimento do questionário. Os participantes foram igualmente informados de que podiam abandonar a qualquer momento o preenchimento do questionário e foi-lhes solicitado que indicassem explicitamente se aceitavam ou não participar no estudo, através da sinalização de três afirmações que refletiam a sua intenção de participação. Após terem dado o seu consentimento para a participação, foram convidados a preencher um questionário sociodemográfico, duas questões que avaliam a intenção de ser FA, um questionário de motivações para ser FA e um questionário de percepções sobre o AF, respetivamente. Por fim, foi partilhado com os participantes o *debriefing* do estudo.

O preenchimento *online* dos questionários tinha uma duração prevista de 15 a 20 minutos e as respostas foram registadas de forma anónima. Assim, não foram recolhidos dados pessoais que identificassem ou que permitissem a identificação dos participantes. O presente estudo é transversal, pelo que os dados foram recolhidos uma única vez no tempo.

Os critérios de inclusão dos participantes do presente estudo eram os seguintes: possuir uma idade igual ou superior a 25 anos (idade a partir da qual é possível ser candidato/a a FA em Portugal; Art. 14º, nº1, alínea a) da Lei 139/2019), não ser uma FA, residir em Portugal assim como saber ler e escrever e ter domínio da língua portuguesa.

2.4. Estratégia Analítica

Para a realização das análises estatísticas foi utilizado o *Software* SPSS, versão 28. A fim de analisar a estatística descritiva calculou-se os valores médios e de desvio padrão da intenção geral de ser FA, do nível de conhecimento sobre o AF, de cada um dos itens que constituem o questionário de motivações para ser FA assim como de cada um dos itens que constituem o questionário de percepções sobre o AF.

No que diz respeito à análise da estatística inferencial, foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) aos questionários de motivações para ser FA e percepções sobre o AF, a fim de compreender a estrutura fatorial de cada um. Em ambos os questionários recorreu-se à medida de *Kaiser-Meyer-Olkin* (*KMO*) da adequabilidade da amostra e ao teste da esfericidade de *Bartlett*, para compreender a adequabilidade dos dados para efetuar uma AFE (Field, 2017).

Numa primeira análise do número de fatores a extrair, analisou-se o critério de *Kaiser*, o critério da percentagem de variância explicada assim como o critério do *Scree Test*. O critério de *Kaiser* não foi tido em conta aquando da tomada de decisão em relação ao número de fatores a extrair, pois perante uma dimensão da amostra superior a 250 participantes este critério é adequado quando a maioria das comunalidades assumem valores iguais ou superiores a .6. Como tal não se verificou considerou-se o critério do *Scree Test*, pois perante uma dimensão da amostra superior a 200 participantes este critério é fiável (Stevens, 2002; citado por Field, 2017). Para a extração dos fatores recorreu-se à factoração pelo eixo principal (“*Principal Axis Factor Analyses*”) e ao método de rotação oblíquo (*direct oblimin*), pois espera-se que os fatores estejam correlacionados entre si (Field, 2017).

Na tomada de decisão em relação aos itens que constituem cada um dos fatores dos questionários consideraram-se aqueles cujos valores de saturação num determinado fator assumiam valores de saturação iguais ou superiores a .3. Nos casos em que um determinado item saturava, simultaneamente, em mais do que um fator considerou-se que o mesmo constituía o fator no qual apresentava o maior valor de saturação (Field, 2017), excetuando os casos em que, de acordo com os seus significados teóricos, os itens com valores de saturação mais baixos num determinado fator, se enquadravam de forma mais adequada no mesmo, tendo-se assim realizado a mudança manual destes itens para esse mesmo fator (i.e., item 30 do questionário de motivações para ser FA e itens 34 e 50 do questionário de percepções sobre o AF). Além disso, analisou-se a consistência interna de cada um dos fatores através do cálculo dos valores do alfa de *Cronbach*. Considerou-se que um valor de alfa de *Cronbach* inferior a .6 correspondia a uma consistência interna inadmissível, um valor entre .6 e .7 a uma consistência interna fraca, um valor entre .7 e .8 a uma consistência interna aceitável, um valor entre .8 e .9 a uma consistência interna boa e um valor superior a .9 a uma consistência interna muito boa (Murphy & Davidshofer, 1988). Nos fatores em que a eliminação de um ou mais itens fazia aumentar, de forma considerável, a consistência interna (i.e., quando o valor de alfa de *Cronbach* passava a estar inserido na categoria acima em termos de valores de referência), procedeu-se à eliminação dos mesmos assim como à realização da AFE sem esses itens. Importa referir que, em ambos os questionários, antes de calcular os valores de alfa de *Cronbach* de cada um dos fatores, foi considerada a solução fatorial final já com a mudança manual efetuada dos itens acima mencionados. Além disso, no caso do questionário de percepções sobre o AF, foi também necessário realizar a inversão de um item (i.e., 34), para que os itens que constituíam o fator cinco estivessem todos no mesmo sentido.

Na AFE ao questionário de motivações, surgiu uma primeira solução fatorial constituída por sete fatores, de acordo com o critério de *Kaiser*. Contudo, a maioria das comunalidades apresentava valores inferiores a .6, tal levou a considerar o critério do *Scree Test*, que sugeriu a extração de três fatores. Assim, foi forçada uma solução fatorial constituída por três fatores, sendo que esta é apresentada em maior detalhe na secção dos resultados.

Na AFE ao questionário de percepções sobre o AF, surgiu uma primeira solução fatorial constituída por 20 fatores, de acordo com o critério de *Kaiser*. Contudo, a maioria das comunicações apresentava valores inferiores a .6, tal levou a considerar o critério do *Scree Test*, que sugeriu a extração de cinco fatores. Assim, foi forçada uma solução fatorial constituída por cinco fatores, no entanto, a análise da consistência interna de dois dos fatores indicou a necessidade de eliminar um conjunto de itens (i.e., 52, 55, 1, 37, 21 e 35) o que, por sua vez, conduziu à repetição da AFE do questionário sem estes itens, cuja eliminação foi realizada em conjunto. Após este procedimento surgiu uma solução fatorial constituída por cinco fatores cuja consistência interna de dois dos fatores indicou a necessidade de eliminar mais um conjunto de itens (i.e., 24, 66 e 18), por esta razão, repetiu-se a AFE sem os mesmos, sendo que eliminação dos itens foi efetuada em conjunto. Desta análise surgiu a solução fatorial final sendo esta apresentada em maior detalhe na secção dos resultados.

Para analisar as associações entre os fatores sociodemográficos (exceto a idade e o nível de conhecimento sobre o AF) e a intenção de ser FA calculou-se o coeficiente de correlação ponto bisserial, sendo que antes de realizar estes cálculos estas variáveis sociodemográficas foram transformadas em variáveis nominais dicotômicas. Para analisar as associações entre a idade, o nível de conhecimento, os fatores do questionário de motivações para ser FA, assim como os fatores do questionário de percepções sobre o AF e a intenção de ser FA calculou-se o coeficiente de correlação de *Pearson*. Importa referir que, foram criadas três variáveis compósitas correspondentes a cada um dos fatores resultantes da AFE ao questionário de motivações para ser FA, bem como cinco variáveis compósitas correspondentes a cada um dos fatores resultantes da AFE ao questionário de percepções sobre o AF, através do cálculo dos valores médios dos itens que constituem cada um dos fatores.

Capítulo 3

Resultados

3.1. Estatística Descritiva

No Quadro 3.1. encontram-se apresentados os valores mínimos e máximos dos pontos da escala de resposta assinalados pelos participantes, os valores médios assim como os valores de desvio padrão de cada um dos itens que avaliam a intenção de ser FA, da intenção geral de ser FA bem como do nível de conhecimento sobre o AF. A intenção geral de ser FA apresenta um valor médio de 3.20 ($DP = 0.88$) e o nível de conhecimento sobre o AF assume um valor médio de 2.85 ($DP = 0.87$).

Quadro 3.1

Descrição dos Itens de Avaliação da Intenção de ser Família de Acolhimento, da Intenção Geral de ser Família de Acolhimento e do Nível de Conhecimento sobre o Acolhimento Familiar

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Item 1 da intenção de ser FA	1	5	2.48	1.11
Item 2 da intenção de ser FA	1	5	3.92	0.91
Intenção geral de ser FA	1	5	3.20	0.88
Nível de conhecimento sobre o AF	1	5	2.85	0.87

3.1.1. Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento

No Quadro 3.2. são apresentados os valores mínimos e máximos dos pontos da escala de resposta assinalados pelos participantes, os valores médios bem como os valores de desvio padrão de cada um dos itens que constituem o questionário de motivações para ser FA. Através da análise descritiva dos itens que constituem o questionário de motivações para ser FA, é possível observar que os valores médios dos itens estão compreendidos entre 1.12 e 4.65. Os itens 1 (“Quero proporcionar boas condições de vida a uma criança”; $M = 4.65$, $DP = 0.58$), 13 (“Quero proporcionar à criança uma experiência familiar positiva”; $M = 4.59$, $DP = 0.72$), 2 (“Quero evitar que mais crianças cresçam em contexto institucional”; $M = 4.50$, $DP = 0.77$), 7 (“Quero fazer a diferença na vida de uma criança”; $M = 4.46$, $DP = 0.79$) e 35 (“Quero proteger uma criança do perigo”; $M = 4.33$, $DP = 0.95$) são os que apresentam valores médios mais elevados. Os itens cujos valores médios são mais baixos são o item 12 (“Eu próprio/a fui acolhido/a”; $M = 1.12$, $DP = 0.51$), 18 (“Quero melhorar a minha relação conjugal”; $M = 1.12$, $DP = 0.43$), 33 (“Vai ajudar-me a superar a perda de um/uma filho/a”; $M = 1.19$, $DP = 0.55$),

17 (“Vai ajudar-me a superar a perda de um ente querido”; $M = 1.21$, $DP = 0.58$) e 24 (“Quero mostrar aos outros que sou uma boa pessoa”; $M = 1.21$, $DP = 0.61$).

Quadro 3.2

Descrição dos Itens do Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento

Item	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Motivação 1	1	5	4.65	0.58
Motivação 2	1	5	4.50	0.77
Motivação 3	1	5	1.78	1.01
Motivação 4	1	5	2.38	1.32
Motivação 5	1	5	2.16	1.21
Motivação 6	1	5	2.14	1.46
Motivação 7	1	5	4.46	0.79
Motivação 8	1	5	3.91	1.02
Motivação 9	1	5	1.71	0.91
Motivação 10	1	4	1.24	0.57
Motivação 11	1	5	1.69	1.10
Motivação 12	1	5	1.12	0.51
Motivação 13	1	5	4.59	0.72
Motivação 14	1	5	3.83	1.02
Motivação 15	1	5	2.01	1.16
Motivação 16	1	5	2.25	1.29
Motivação 17	1	4	1.21	0.58
Motivação 18	1	4	1.12	0.43
Motivação 19	1	5	1.41	0.82
Motivação 20	1	5	1.67	1.16
Motivação 21	1	5	4.11	1.08
Motivação 22	1	4	1.53	0.85
Motivação 23	1	5	1.53	1.04
Motivação 24	1	5	1.21	0.61
Motivação 25	1	5	1.65	0.99
Motivação 26	1	5	2.74	1.26
Motivação 27	1	5	2.02	1.38
Motivação 28	1	5	1.83	1.25
Motivação 29	1	5	2.45	1.39
Motivação 30	1	5	2.96	1.37
Motivação 31	1	5	1.84	1.20
Motivação 32	1	5	2.11	1.38
Motivação 33	1	4	1.19	0.55
Motivação 34	1	5	1.85	1.21
Motivação 35	1	5	4.33	0.95

Tal como já foi referido, nos itens 36, 37, 38 e 39 os participantes podiam acrescentar motivações que pudessem contribuir para a sua decisão de se candidatar a FA, sendo que as motivações acrescentadas e que não se encontram contempladas no questionário de motivações para ser FA foram as seguintes: “Trabalho/trabalhei no sistema de promoção e proteção” ($n = 22$); “O acolhimento familiar é uma alternativa (à institucionalização) mais ajustada para responder às necessidades da criança e promover o seu desenvolvimento” ($n = 6$); “Trabalho/trabalhei com crianças e famílias em risco” ($n = 4$); “Trabalho com crianças no âmbito do contexto educativo” ($n = 3$); “Quero ajudar a família de origem da criança a reestruturar-se” ($n = 2$); “Quero transmitir valores de altruísmo e solidariedade aos meus filhos” ($n = 2$); “Concordância por parte do/a parceiro/a e/ou filhos” ($n = 1$); “Gosto de crianças” ($n = 1$); “Garantia da possibilidade de uma futura adoção” ($n = 1$); “Sou família adotiva” ($n = 1$); “Sou maternal, tenho respeito e empatia pelas pessoas, pelas suas histórias de vida e incentivo a sua autoestima” ($n = 1$); “Tenho formação na área de Psicotraumatologia” ($n = 1$); “Tenho espaço em casa” ($n = 1$); “Tenho bem-estar e saúde” ($n = 1$) e “Não trabalho no sistema de promoção e proteção” ($n = 1$).

Itens de Teto e de Base do Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento.

Considerou-se que itens cujas pontuações estão acima de 50% no ponto máximo da escala de resposta (i.e., “Concordo Totalmente”) como constituindo itens de teto e os itens cujas pontuações estão abaixo de 50% no ponto mínimo da escala de resposta (i.e., “Discordo Totalmente”) como sendo itens de base (Hendry & Holmboe, 2021). Os itens 1 (“Quero proporcionar boas condições de vida a uma criança”; 69.3%), 13 (“Quero proporcionar à criança uma experiência familiar positiva”; 68.3%), 2 (“Quero evitar que mais crianças cresçam em contexto institucional”; 61.7%), 7 (“Quero fazer a diferença na vida de uma criança”; 59.3%) e 35 (“Quero proteger uma criança do perigo”; 55.2%) constituem itens de teto. Os itens 12 (“Eu próprio/a fui acolhido/a”; 93.4%), 18 (“Quero melhorar a minha relação conjugal”; 91.4%), 33 (“Vai ajudar-me a superar a perda de um/uma filho/a”; 87.6%), 24 (“Quero mostrar aos outros que sou uma boa pessoa”; 87.2%), 17 (“Vai ajudar-me a superar a perda de um ente querido”; 85.9%), 10 (“É uma forma de ter ou aumentar os rendimentos económicos”; 83.1%), 19 (“Acolher uma criança é um desejo principalmente do/a meu/minha companheiro/a”; 75.5%), 23 (“Não posso ter (mais) filhos”; 74.8%), 20 (“Conheço uma criança que precisa de ser acolhida”; 69.0%), 22 (“Fui encorajado/a por amigos e/ou familiares”; 65.5%), 11 (“Queria adotar uma criança, mas não foi, ou não é, possível fazê-lo”; 65.2%), 25 (“Quero aumentar a família”; 63.8%), 28 (“Quero dar ao/à meu/minha filho/a a experiência de ter um/a irmão/ã”;

63.8%), 31 (“Quero adotar, e acolher uma criança pode facilitar o processo da sua adoção”; 60.3%), 34 (“Quero ser amado/o por uma criança”; 60.3%), 27 (“Quero ser pai/mãe”; 56.9%), 6 (“Conheço alguém próximo que esteve acolhido”; 54.5%), 3 (“Quero ter companhia”; 54.1%), 9 (“Tenho muito tempo livre”; 53.1%) e 32 (“Conheço ou tive contacto com família(s) de acolhimento”; 52.8%) constituem itens de base.

3.1.2. Questionário de Percepções sobre o Acolhimento Familiar

No Quadro 3.3. são apresentados os valores mínimos e máximos dos pontos da escala de resposta assinalados pelos participantes, os valores médios bem como os valores de desvio padrão de cada um dos itens que constituem o questionário de percepções sobre o AF. Através da análise descritiva é possível observar que os valores médios dos itens estão compreendidos entre 1.24 e 4.75. Os itens cujos valores médios são mais elevados são o item 38 (“Um casal que se candidata a família de acolhimento deve necessariamente estar em sintonia quanto à decisão de acolher”; $M = 4.75$, $DP = 0.49$), 53 (“É fundamental que as famílias de acolhimento preparem os filhos para o acolhimento de uma criança antes da sua chegada à família”; $M = 4.73$, $DP = 0.53$), 31 (“É fundamental que as famílias de acolhimento recebam formação ao longo do tempo de acolhimento”; $M = 4.63$, $DP = 0.57$), 32 (“É fundamental que a decisão de candidatar a família de acolhimento seja aceite por todos os membros da família”; $M = 4.63$, $DP = 0.68$) e 23 (“A família de acolhimento deve ajudar a criança a lidar com a separação da sua família de origem no momento em que é acolhida”; $M = 4.49$, $DP = 0.64$). Os itens 5 (“É fundamental que a família de acolhimento não seja muito afetiva com a criança acolhida (por exemplo, dar beijos e abraços, elogiar)”; $M = 1.24$, $DP = 0.58$), 54 (“A família de acolhimento deve evitar falar sobre sentimentos com uma criança acolhida”; $M = 1.54$, $DP = 0.78$), 14 (“É importante que a família de acolhimento evite que a criança fale do seu passado e da sua família”; $M = 1.63$, $DP = 0.96$), 63 (“Não é essencial que os filhos das famílias de acolhimento estejam envolvidos na decisão de acolher”; $M = 1.63$, $DP = 0.90$) e 70 (“Se a família de acolhimento se deparar com alguma dificuldade ao longo do tempo de acolhimento deve resolvê-la sozinha”; $M = 1.69$, $DP = 0.79$) são os que apresentam valores médios mais baixos.

Quadro 3.3

Descrição dos Itens do Questionário de Percepções sobre o Acolhimento Familiar

Item	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Percepção 1	1	5	2.71	1.09
Percepção 2	1	5	3.72	1.03
Percepção 3	1	5	2.29	1.16
Percepção 4	1	5	4.17	0.82
Percepção 5	1	5	1.24	0.58
Percepção 6	1	5	3.97	0.86
Percepção 7	1	5	4.02	0.85
Percepção 8	1	5	3.72	0.97
Percepção 9	1	5	3.53	1.12
Percepção 10	1	5	3.54	0.97
Percepção 11	1	5	3.17	1.38
Percepção 12	1	5	2.84	0.99
Percepção 13	1	5	3.36	0.91
Percepção 14	1	5	1.63	0.96
Percepção 15	1	5	2.69	1.04
Percepção 16	2	5	4.41	0.61
Percepção 17	1	5	2.19	0.99
Percepção 18	1	5	1.73	0.85
Percepção 19	1	5	3.99	0.83
Percepção 20	1	5	1.80	0.94
Percepção 21	1	5	2.73	0.79
Percepção 22	1	5	2.19	0.92
Percepção 23	1	5	4.49	0.64
Percepção 24	1	5	3.35	1.07
Percepção 25	1	5	2.79	1.10
Percepção 26	1	5	2.81	0.80
Percepção 27	1	5	1.77	0.87
Percepção 28	1	5	3.97	0.86
Percepção 29	1	5	3.32	0.91
Percepção 30	1	5	3.64	0.77
Percepção 31	2	5	4.63	0.57
Percepção 32	1	5	4.63	0.68
Percepção 33	1	5	4.02	0.81
Percepção 34	1	5	4.32	0.71
Percepção 35	1	5	2.36	0.86
Percepção 36	1	5	3.25	0.87
Percepção 37	1	5	2.58	0.92
Percepção 38	3	5	4.75	0.49
Percepção 39	1	5	3.88	0.80

Percepção 40	1	5	3.96	0.93
Percepção 41	1	5	4.01	0.82
Percepção 42	1	5	3.96	0.75
Percepção 43	1	5	4.35	0.75
Percepção 44	1	5	1.97	1.00
Percepção 45	1	5	1.85	0.88
Percepção 46	1	5	3.89	1.01
Percepção 47	1	5	2.20	0.96
Percepção 48	1	5	1.96	0.93
Percepção 49	1	5	1.66	0.94
Percepção 50	1	5	1.83	0.90
Percepção 51	1	5	2.61	0.99
Percepção 52	1	5	2.55	0.88
Percepção 53	1	5	4.73	0.53
Percepção 54	1	5	1.54	0.78
Percepção 55	1	5	2.68	0.83
Percepção 56	1	5	4.04	0.79
Percepção 57	1	5	1.99	0.83
Percepção 58	1	5	4.15	0.75
Percepção 59	1	5	4.03	0.83
Percepção 60	1	5	1.94	0.93
Percepção 61	1	5	2.54	1.10
Percepção 62	1	5	2.99	1.19
Percepção 63	1	5	1.63	0.90
Percepção 64	1	5	1.92	0.87
Percepção 65	1	5	2.18	0.99
Percepção 66	1	5	2.97	0.85
Percepção 67	1	5	4.43	0.70
Percepção 68	1	5	3.84	1.01
Percepção 69	1	5	3.52	0.88
Percepção 70	1	5	1.69	0.79
Percepção 71	1	5	1.91	0.99
Percepção 72	1	5	3.39	0.77
Percepção 73	1	5	4.47	0.69

Itens de Teto e de Base do Questionário de Percepções sobre o Acolhimento Familiar.

Considerou-se que itens cujas pontuações estão acima de 50% no ponto máximo da escala de resposta (i.e., “Concordo Totalmente”) como sendo itens de teto e itens cujas pontuações estão abaixo de 50% no ponto mínimo da escala de resposta (i.e., “Discordo Totalmente”) como constituindo itens de base (Hendry & Holmboe, 2021). Os itens 53 (“É fundamental que as famílias de acolhimento preparem os filhos para o acolhimento de uma criança antes da sua chegada à família”; 75.9%), 32 (“É fundamental que a decisão de candidatar a família de

acolhimento seja aceite por todos os membros da família”; 70.7%), 31 (“É fundamental que as famílias de acolhimento recebam formação ao longo do tempo de acolhimento”; 67.6%), 23 (“A família de acolhimento deve ajudar a criança a lidar com a separação da sua família de origem no momento em que é acolhida”; 55.9%), 73 (“A relação da família de acolhimento com a criança acolhida deve ser tão afetiva como com os próprios filhos”; 55.9%) e 67 (“É fundamental que a família de acolhimento comunique aos serviços qualquer alteração no seu funcionamento ou estrutura”; 51.7%) constituem itens de teto. Os itens 5 (“É fundamental que a família de acolhimento não seja muito afetiva com a criança acolhida (por exemplo, dar beijos e abraços, elogiar)”; 81.4%), 14 (“É importante que a família de acolhimento evite que a criança fale do seu passado e da sua família”; 59.0%), 54 (“A família de acolhimento deve evitar falar sobre sentimentos com uma criança acolhida”; 57.6%), 49 (“As famílias de acolhimento não devem ter em conta a história de vida da criança e as suas vivências quando pensam nos métodos educativos a utilizar”; 56.2%) e 63 (“Não é essencial que os filhos das famílias de acolhimento estejam envolvidos na decisão de acolher”; 55.9%) constituem itens de base.

3.2. Análise Fatorial Exploratória

3.2.1. Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento

A medida de *KMO* sugere uma adequabilidade boa da amostra para a realização da AFE ao questionário de motivações para ser FA ($KMO = .85$) e o teste da esfericidade de *Bartlett* indica que a matriz de correlações não é uma matriz de identidade, ou seja, as variáveis estão correlacionadas ($X^2_{(595)} = 3579.47, p \leq .001$).

Tal como é possível observar pelo Quadro 3.4., da AFE ao questionário de motivações para ser FA surgiram um total de três fatores. O primeiro fator inclui os itens 3, 4, 5, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 33 e 34, reflete razões autocentradas para ser FA e explica 21.11% da variância total. O segundo fator é constituído pelos itens 1, 2, 7, 8, 13, 14, 21, 29, 30 e 35, remete para razões centradas na criança e na sociedade/comunidade para ser FA e explica 11.83% da variância total. O terceiro fator engloba os itens 6, 12, 20 e 32, aponta para a existência de algum contacto ou experiência no âmbito do acolhimento e explica 5.84% da variância total. Em conjunto, os três fatores explicam 38.79% da variância total. Tal como já mencionado acima, o item 30 passou a constituir o primeiro fator do questionário de motivações para ser FA, após mudança manual de fator, de acordo com o seu significado teórico.

3.2.2. *Consistência Interna do Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento*

Tal como se verifica no Quadro 3.4., o primeiro e o segundo fator do questionário de motivações para ser FA apresentam uma consistência interna boa ($\alpha = .87$; $\alpha = .81$, respetivamente) e o terceiro fator apresenta uma consistência interna fraca ($\alpha = .65$). A eliminação de nenhum item faz aumentar de forma considerável a consistência interna em nenhum dos fatores.

Quadro 3.4

Análise Fatorial Exploratória ao Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento

Itens por fator	1	2	3
Fator 1: Razões autocentradas para ser FA			
“Quero ter companhia” (3)	0.64		
“Vai ajudar-me a superar a perda de um ente querido” (17)	0.60		
“É uma forma de começar uma família” (15)	0.60		
“Quero ser amado/a por uma criança” (34)	0.59		
“Quero aumentar a família” (25)	0.59		
“Quero dar ao/à meu/minha filho/a a experiência de ter um/a irmão/ã” (28)	0.58		
“Quero melhorar a minha relação conjugal” (18)	0.55		
“Vai ajudar-me a superar a perda de um/uma filho/a” (33)	0.54		
“Quero mostrar aos outros que sou uma boa pessoa” (24)	0.54		
“É uma forma de ter ou aumentar os rendimentos económicos” (10)	0.52		
“Quero trabalhar com crianças” (16)	0.51		
“Fui encorajado/a por amigos e/ou familiares” (22)	0.47		
“Penso adotar no futuro, e o acolhimento familiar poderá ser uma boa experiência de cuidar de uma criança” (5)	0.47		
“Queria adotar uma criança, mas não foi, ou não é, possível fazê-lo” (11)	0.45		
“Quero adotar, e acolher uma criança pode facilitar o processo da sua adoção” (31)	0.45		
“Não posso ter (mais) filhos” (23)	0.45		
“Quero ser pai/mãe” (27)	0.43		
“Tenho muito tempo livre” (9)	0.40		
“Acolher uma criança é um desejo principalmente do/a meu/minha companheiro/a” (19)	0.37		
“É coerente com as minhas crenças religiosas” (4)	0.35		

Fator 2: Razões centradas na criança e na sociedade/comunidade para ser FA

“Quero proporcionar à criança uma experiência familiar positiva” (13)		0.78
“Quero fazer a diferença na vida de uma criança” (7)		0.72
“Quero proteger uma criança do perigo” (35)		0.67
“Quero proporcionar boas condições de vida a uma criança” (1)		0.63
“Quero dar amor a uma criança” (21)		0.60
“Quero contribuir para uma causa como o Acolhimento Familiar” (8)		0.58
“Quero evitar que mais crianças cresçam em contexto institucional” (2)		0.57
“Quero fazer algo para a sociedade” (14)		0.53
“Oferece-me realização pessoal” (30)	0.31	0.39
“Quero ser um bom exemplo para os outros” (29)		0.35

Fator 3: Algum contacto ou experiência no âmbito do acolhimento

“Conheço ou tive contacto com família(s) de acolhimento” (32)		0.63
“Conheço uma criança que precisa de ser acolhida” (20)		0.55
“Conheço alguém próximo que esteve acolhido” (6)		0.48
“Eu próprio/a fui acolhido/a” (12)		0.42

Porcentagem de Variância	21.11	11.83	5.84
Alfa de Cronbach	0.87	0.81	0.65

Nota: O item 30 foi mudado, manualmente, do fator 2 para o fator 1, sendo assim apresentado o seu valor de saturação em ambos os fatores. Os valores de consistência interna apresentados foram calculados tendo em consideração a mudança manual efetuada.

3.2.3. Questionário de Percepções sobre o Acolhimento Familiar

A medida de KMO sugere uma adequabilidade boa da amostra para a realização da AFE ao questionário de percepções sobre o AF ($KMO = .83$) e o teste da esfericidade de Bartlett indica que a matriz de correlações não é uma matriz de identidade, ou seja, as variáveis estão correlacionadas ($X^2_{(2016)} = 6669.99, p \leq .001$).

Tal como é possível observar pelo Quadro 3.5., da AFE ao questionário de percepções sobre o AF surgiram um total de cinco fatores. O primeiro fator inclui os itens 3, 5, 14, 17, 22, 25, 27, 36, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 57, 64, 65, e 71, reflete percepções em relação aos cuidados a prestar à criança acolhida e explica 16.50% da variância total. O segundo fator é constituído pelos itens 10, 13, 30, 33, 34, 39, 42, 58 e 69, remete para percepções em relação à criança acolhida e explica 7.49% da variância total. O terceiro fator engloba os itens 4, 6, 8, 29, 59 e 72, aponta para percepções em relação à FO da criança acolhida e explica 4.10% da variância total. O quarto fator envolve os itens 7, 9, 16, 19, 23, 28, 32, 38, 41, 43, 53, 56, 67 e 73, reflete percepções em relação à FA e explica 4.09% da variância total. O quinto fator é constituído pelos itens 12, 15, 20, 45, 60, 61, 63, 70, remete para percepções em relação à tomada de decisão e explica 3.39% da variância total. Em conjunto, os cinco fatores explicam 35.57% da variância total. Tal como já mencionado acima, os itens 34 e 50 passaram a constituir o quinto fator do questionário de percepções sobre o AF, após mudança manual de fator, de acordo com os seus significados teóricos.

3.2.4. Consistência Interna do Questionário de Percepções sobre o Acolhimento Familiar

Tal como se verifica no Quadro 3.5., o primeiro fator do questionário de percepções sobre o AF apresenta uma consistência interna boa ($\alpha = .86$) e o segundo, terceiro, quarto e quinto fator apresentam uma consistência interna aceitável ($\alpha = .75$; $\alpha = .77$; $\alpha = .74$; $\alpha = .75$, respetivamente). A eliminação de nenhum item faz aumentar de forma considerável a consistência interna em nenhum dos fatores.

Quadro 3.5

Análise Fatorial Exploratória ao Questionário de Percepções sobre o Acolhimento Familiar

Itens por fator	1	2	3	4	5
Fator 1: Percepções em relação aos cuidados a prestar à criança acolhida					
“Ajudar a criança a gerir as suas emoções após um encontro com a sua família de origem deve ser da responsabilidade dos serviços e não da família de acolhimento” (57)	0.62				
“É fundamental que a família de acolhimento evite estabelecer qualquer proximidade com a família de origem da criança, mesmo com mediação dos profissionais” (48)	0.59				
“É a criança acolhida que se deve ajustar às rotinas e dinâmicas da família de acolhimento e não o contrário” (17)	0.55				
“É fundamental que o acolhimento de uma criança dure pouco tempo para que as famílias de acolhimento sofram o menos possível com a separação” (65)	0.53				
“É importante que a família de acolhimento evite que a criança fale do seu passado e da sua família” (14)	0.52				
“É melhor não existir uma relação demasiado forte entre a família de acolhimento e a criança para não sofrerem com a separação” (44)	0.50				
“A família de acolhimento deve evitar falar sobre sentimentos com uma criança acolhida” (54)	0.48				
“As crianças acolhidas precisam de regras rígidas impostas pelas famílias de acolhimento que devem cumprir” (22)	0.46				
“A maioria das crianças acolhidas é “malcomportada” ou faz birras porque quer” (27)	0.44				
“É melhor para a criança acolhida não ter qualquer contacto com a sua família de origem durante o acolhimento” (64)	0.43				
“A família de acolhimento só deve apoiar a criança na transição para a família de origem ou adotiva, caso concorde com a decisão” (71)	0.41				
“As famílias de acolhimento não devem ter em conta a história de vida da criança e as suas vivências quando pensam nos métodos educativos a utilizar” (49)	0.41				
“A maioria das crianças é acolhida, principalmente, porque a sua família não tem uma ligação afetiva com elas” (47)	0.41				
“É a família de acolhimento que decide se os serviços a podem visitar em casa ou não” (50)	0.40				-0.34
“É fundamental que a família de acolhimento não seja muito afetiva com a criança acolhida (por exemplo, dar beijos e abraços, elogiar)” (5)	0.39				

“A criança acolhida deve adaptar-se à forma de educar da família de acolhimento” (36)	0.39
“Os pais que colocam os filhos em perigo não merecem qualquer respeito” (3)	0.35
“É expectável que a criança acolhida mostre gratidão para com a família de acolhimento” (25)	0.35
“Qualquer contacto da família de acolhimento com a família de origem da criança deve ser mediado pelos serviços” (46)	0.34

Fator 2: Percepções em relação à criança acolhida

“É frequente as crianças acolhidas apresentarem problemas emocionais (por exemplo, tristeza, zanga, choro irritável, apatia)” (42)	0.69	
“É frequente as crianças acolhidas apresentarem problemas de comportamento (por exemplo, agressividade, desobediência)” (13)	0.66	
“É frequente as crianças acolhidas precisarem de ajuda psicológica para os seus problemas” (33)	0.65	
“A maioria das crianças acolhidas é carente de afeto” (69)	0.57	
“A maioria das crianças sente-se triste ou revoltada porque foi separada da sua família” (30)	0.50	
“A maioria das crianças acolhidas tem saudades da sua família durante o acolhimento” (39)	0.42	
“A maioria das crianças é acolhida, principalmente, porque é vítima de maus-tratos ou negligência na sua família” (10)	0.38	
“As decisões mais importantes sobre a vida da criança devem ser tomadas em conjunto com os serviços” (34)	0.36	0.32
“A integração da criança na família pode gerar momentos de stress” (58)	0.31	

Fator 3: Percepções em relação à FO da criança acolhida

“A família de origem da criança deve participar nas decisões mais importantes sobre a vida da criança” (8)	0.78
“Em geral, a família de origem das crianças acolhidas deve voltar a ter a oportunidade de cuidar dos filhos” (6)	0.70
“Uma das funções da família de acolhimento pode passar por ajudar a criança a manter os vínculos à sua família de origem” (4)	0.57
“Em geral, a família de origem das crianças acolhidas esforça-se por voltar a cuidar dos seus filhos” (72)	0.56
“É fundamental que a família de origem da criança tenha informação sobre o comportamento e bem-estar da criança durante o acolhimento familiar” (59)	0.55
“Os encontros entre a criança e a sua família durante o acolhimento deverão ser adaptados à disponibilidade da família de origem da criança” (29)	0.38

Fator 4: Percepções em relação à FA

“É a família de acolhimento que deve levar a criança acolhida às consultas médicas de rotina” (56)	-0.52
“É fundamental que as famílias de acolhimento preparem os filhos para o acolhimento de uma criança antes da sua chegada à família” (53)	-0.52
“A família de acolhimento deve ajudar a criança a lidar com a separação da sua família de origem no momento em que é acolhida” (23)	-0.44
“A relação da família de acolhimento com a criança acolhida deve ser tão afetuosa como com os próprios filhos” (73)	-0.40
“É fundamental que a decisão de candidatar a família de acolhimento seja aceite por todos os membros da família” (32)	-0.39
“É fundamental que as famílias de acolhimento saibam logo à partida quando irá terminar o acolhimento de uma criança” (9)	-0.37
“A família de acolhimento deve ajudar a criança a lidar com a separação no fim do acolhimento” (16)	-0.35
“A integração da criança na família de acolhimento implica um reajustamento na dinâmica do casal” (19)	-0.35
“É fundamental que a família de acolhimento seja consistente na imposição de regras e rotinas com a criança que vier a acolher” (28)	-0.34
“É fundamental que a família de acolhimento comunique aos serviços qualquer alteração no seu funcionamento ou estrutura” (67)	-0.33
“A integração da criança na família de acolhimento implica um reajustamento na dinâmica com os filhos” (7)	-0.33
“Um casal que se candidata a família de acolhimento deve necessariamente estar em sintonia quanto à decisão de acolher” (38)	-0.32
“É a família de acolhimento que deve assumir o papel de encarregado de educação” (41)	-0.32
“Para a criança, é fundamental que a família de acolhimento fale sobre a sua família de origem de forma neutra” (43)	-0.31

Fator 5: Percepções em relação à tomada de decisão

“Os serviços só devem intervir quando existem situações mais complicadas (por exemplo, conflitos com a família de origem da criança)” (61)	-0.52
“É importante que a família de acolhimento possa decidir sobre o futuro da criança após o acolhimento” (12)	-0.47
“Não é essencial que os filhos das famílias de acolhimento estejam envolvidos na decisão de acolher” (63)	-0.46
“A família de acolhimento deve deixar a criança definir as suas próprias regras” (60)	-0.44
“Se a família de acolhimento se deparar com alguma dificuldade ao longo do tempo de acolhimento deve resolvê-la sozinha” (70)	-0.40

“A família de acolhimento pode falar livremente com outras pessoas sobre a história de vida da criança que acolhe” (20)						-0.39
“É a família de acolhimento que deverá decidir se a criança poderá encontrar-se com a sua família de origem ou não” (45)						-0.38
“A maioria das crianças é acolhida, principalmente, porque a sua família não tem condições económicas” (15)						-0.31
Percentagem de Variância	16.50	7.49	4.10	4.09	3.39	
<i>Alfa de Cronbach</i>	0.86	0.75	0.77	0.74	0.75	

Nota: Os itens 34 e 50 foram mudados, manualmente, do fator 2 e 1, respetivamente, para o fator 5, sendo assim apresentados os seus valores de saturação em ambos os fatores. Os valores de consistência interna apresentados foram calculados tendo em consideração a mudança manual efetuada.

3.3. Associações

3.3.1. Associações entre os Fatores Sociodemográficos, o Nível de Conhecimento sobre o Acolhimento Familiar e a Intenção de ser Família de Acolhimento

A idade ($r = -.03$, $p = .566$), o grau de escolaridade ($r_{pb} = .06$, $p = .313$), o estado civil ($r_{pb} = -.05$, $p = .445$), a situação profissional ($r_{pb} = -.11$, $p = .061$), ter filhos ($r_{pb} = .02$, $p = .802$), o contacto ou experiência pessoal no âmbito do AF ($r_{pb} = .02$, $p = .721$), do AR ($r_{pb} = .09$, $p = .125$), da adoção ($r_{pb} = .05$, $p = .414$) e a experiência profissional no contexto de promoção e proteção ($r_{pb} = .06$, $p = .327$) não estão significativamente associados com a intenção de ser FA.

O sexo e a intenção de ser FA estão significativamente associados. Existe uma associação fraca e positiva entre as duas variáveis, tal que indivíduos do sexo feminino apresentam uma maior intenção de ser FA do que indivíduos do sexo masculino ($r_{pb} = .18$, $p < .002$). O nível de conhecimento sobre o AF e a intenção de ser FA estão significativamente associados. Existe uma associação fraca e positiva entre as duas variáveis, tal que quanto maior o nível de conhecimento sobre o AF, maior a intenção de ser FA ($r = .13$, $p < .020$).

3.3.2. Associações entre os Fatores do Questionário de Motivações para ser Família de Acolhimento e a Intenção de ser Família de Acolhimento

As razões autocentradas para ser FA (i.e., primeiro fator) e a existência de algum contacto ou experiência no âmbito do acolhimento (i.e., terceiro fator) não estão significativamente associadas com a intenção de ser FA ($r = .06$, $p = .347$; $r = .06$, $p = .296$, respetivamente). As razões centradas na criança e na sociedade para ser FA (i.e., segundo fator) e a intenção de ser FA estão significativamente associadas. Existe uma associação fraca e positiva entre as duas variáveis, tal que indivíduos que apresentam razões centradas na criança e na sociedade para ser FA possuem maior intenção de ser FA ($r = .42$, $p < .001$).

3.3.3. Associações entre os Fatores do Questionário de Perceções sobre o Acolhimento Familiar e a Intenção de ser Família de Acolhimento

As perceções em relação aos cuidados a prestar à criança acolhida (i.e., primeiro fator), as perceções em relação à criança acolhida (i.e., segundo fator), as perceções em relação à FO da criança acolhida (i.e., terceiro fator) e as perceções em relação à FA (i.e., quarto fator) não estão significativamente associadas à intenção de ser FA ($r = -.11$, $p = .058$; $r = .01$, $p = .808$; $r = .01$, $p = .881$; $r = -.03$, $p = .609$, respetivamente). As perceções em relação à tomada de decisão

(i.e., quinto fator) estão significativamente associadas com a intenção de ser FA. Existe uma associação fraca e positiva entre as duas variáveis, tal que indivíduos que apresentam percepções menos apoiantes da participação colaborativa entre os agentes do AF na tomada de decisão possuem menor intenção de ser FA ($r = -.19, p < .01$).

Capítulo 4

Discussão

Face à escassez de instrumentos validados de apoio à avaliação, seleção e formação de FA, o presente estudo teve como objetivo proceder a uma análise exploratória das propriedades psicométricas de um questionário sobre as motivações para ser FA e de um questionário de percepções sobre o AF. Adicionalmente, visou examinar se as motivações para ser FA, as percepções sobre o AF, o nível de conhecimento sobre o AF e fatores sociodemográficos (e.g., idade, sexo) estariam associados à intenção de ser FA na população em geral portuguesa.

4.1. Motivações para ser Família de Acolhimento

Da AFE ao questionário de motivações para ser FA, emergiram o seguinte conjunto de motivações para ser FA: 1) razões autocentradas; 2) razões centradas na criança e na sociedade/comunidade; e 3) existência de algum contacto ou experiência no âmbito do acolhimento. Estes resultados vão de encontro a estudos anteriores, cujas conclusões sugerem que as motivações autocentradas e centradas na criança e sociedade/comunidade constituem as principais motivações para ser FA (e.g., De Maeyer et al., 2014; Migliorini et al., 2018; Rhodes et al., 2006; Sebba, 2012), e que o contacto ou a existência de experiências pessoais e/ou profissionais no âmbito do acolhimento podem igualmente atuar como motivações para ser FA (Baum, Crase, & Crase, 2001; Davi, Jones, & Gillen, 2021; De Maeyer et al., 2014; Diogo & Branco, 2017, 2019).

De facto, a análise descritiva do questionário de motivações para ser FA indicou que os indivíduos, de uma forma geral e na sua maioria, apresentaram um maior grau de concordância (i.e., valores médios mais elevados e maior percentagem de respostas no ponto máximo da escala: “Concordo Totalmente”) com razões centradas na criança para ser FA (e.g., “Quero proporcionar boas condições de vida a uma criança”) e um maior grau de discordância (i.e., valores médios mais baixos e maior percentagem de respostas no ponto mínimo da escala: “Discordo Totalmente”) com razões autocentradas para ser FA, especificamente razões menos altruístas ou menos alinhadas com os objetivos da promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens (e.g., “Quero melhorar a minha relação conjugal”), assim como com motivações relacionadas com a existência de algum contacto ou experiência no âmbito do acolhimento (e.g., “Eu próprio/a fui acolhido/a”). Assim sendo, este conjunto de motivações para ser FA parecem constituir aquelas que são importantes de serem consideradas aquando da avaliação e seleção dos candidatos a FA.

Outros resultados da AFE merecem ser discutidos. No fator 1 – i.e., razões autocentradas – emergiram dois itens (i.e., item 19 e 22) que aparentemente parecem não estar enquadrados no mesmo, do ponto de vista teórico, uma vez que remetem para a influência de outros significativos na motivação para se ser FA, e não para razões autocentradas. No entanto, este resultado pode ser entendido à luz de achados anteriores, que indicam que a influência de outros significativos pode constituir uma motivação para se ser FA (Baum, Crase, & Crase, 2001; De Maeyer et al., 2014). Importa referir que, estes itens também saturaram no fator 3, mas com valores de saturação mais baixos. Entendeu-se ser mais adequado mantê-los no fator 1 e não mudá-los para o fator 3, pois este último aponta para a existência de algum contacto ou experiência no âmbito do acolhimento. Além disso, os itens que o constituem parecem ter subjacentes a preocupação e o desejo de responder às necessidades da criança. Por exemplo, segundo Diogo e Branco (2019), ter ou ter tido contacto com crianças em perigo e com a reduzida proteção das mesmas tende a aumentar a sensibilidade, preocupação e desejo de ajudar as crianças de modo a responder às suas necessidades. Pelo contrário, os itens 19 e 22 parecem não constituir motivações centradas nas crianças e nas suas necessidades, por estas razões considerou-se mantê-los no fator 1.

Outro resultado interessante desta AFE, foi o facto do segundo fator do questionário incluir quer razões centradas na criança quer razões centradas na sociedade/comunidade, pois de acordo com estudos anteriores a tendência é a de que estas duas razões para se ser FA surjam de forma separada (e.g., De Maeyer et al., 2014; Rhodes et al., 2006). O resultado do presente estudo parece alertar para o facto de que ambas poderem estar, de alguma forma, relacionadas. Em linha com a visão da UNICEF (s.d.), o desenvolvimento saudável das crianças é fundamental para o bem-estar futuro de qualquer sociedade. As crianças tendem a apresentar um maior nível de vulnerabilidade em comparação com os adultos, por esta razão as situações de risco e perigo podem constituir uma ameaça ao seu futuro e, consequentemente, ao futuro da sociedade na qual se inserem.

O terceiro fator – i.e., existência de algum contacto ou experiência no âmbito do acolhimento– tem sido menos frequentemente descrito na literatura. Ter tido experiências prévias com o AF (e.g., ter sido uma criança acolhida), o contacto direto ou indireto, a nível pessoal ou profissional, com contextos de acolhimento menos protetores para as crianças (e.g., AR) tendem a ser motivações para ser FA (Baum, Crase, & Crase, 2001; Diogo & Branco, 2017, 2019). Conhecer uma FA, possuir uma relação próxima com uma FA ou conhecer uma criança acolhida também podem ser motivações para ser FA (Davi, Jones, & Gillen, 2021; De Maeyer et al., 2014). No presente estudo, a nível pessoal, a maioria dos participantes não têm nem tiveram qualquer contacto ou experiência no âmbito do AF ou do AR. A nível profissional, o número de participantes que trabalha ou já trabalhou em contexto de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em perigo é semelhante ao número de participantes que nunca trabalharam neste contexto. Perante isto, talvez não seja de estranhar que o fator 3 tenha emergido, o que sugere que as motivações ligadas à existência de algum contacto ou experiência no âmbito do acolhimento parecem ser motivações para ser FA importantes a ter em conta. Neste sentido, as FA em exercício ou indivíduos que já foram FA podem assumir um papel importante para motivar os indivíduos para ser FA, podendo assim ser interessante incentivar a existência de algum contacto entre a população em geral portuguesa e as FA ou de partilha de testemunhos sobre a experiência de acolhimento.

Importa salientar que para além das motivações para ser FA contempladas no questionário de motivações, os participantes do presente estudo acrescentaram outras adicionais, das quais se destacaram motivações como “Trabalhar/ter trabalhado no sistema de promoção e proteção” e “O AF é uma alternativa (à institucionalização) mais ajustada para responder às necessidades da criança e promover o seu desenvolvimento”. Estes resultados estão alinhados com estudos anteriores que indicam que experiências profissionais que envolvem contacto direto ou indireto com o SPP podem ser motivações para ser FA (Baum, Crase, & Crase, 2001; Diogo & Branco, 2017, 2019), e a visão de que a medida de AF é mais protetora e promotora do desenvolvimento da criança do que a medida de AR (Ijzendoorn et al., 2020; Li, Chng, & Chu, 2017).

Relativamente à consistência interna do questionário de motivações para ser FA, os dois primeiros fatores apresentaram uma boa consistência interna e o terceiro fator apresentou uma consistência interna fraca. Deste modo, o questionário apresenta fiabilidade, em particular no que concerne aos fatores 1 e 2. A consistência interna mais baixa do fator 3, em comparação com os restantes fatores, pode ser explicada pelo reduzido número de itens que o constituem.

4.2. Percepções sobre o Acolhimento Familiar

Da AFE ao questionário de percepções sobre o AF, emergiram o seguinte conjunto de percepções sobre o AF: 1) percepções em relação aos cuidados a prestar à criança acolhida; 2) percepções em relação à criança acolhida; 3) percepções em relação à FO da criança acolhida; 4) percepções em relação à FA; e 5) percepções em relação à tomada de decisão. Com base na literatura, esperava-se que o segundo, terceiro e quarto fator surgissem da AFE. No entanto, ao invés do primeiro e quinto fator que emergiram no presente estudo, esperava-se que surgissem percepções em relação à medida de AF e em relação ao SPP. Pela análise do significado teórico dos itens que constituem o fator das percepções em relação aos cuidados a prestar à criança acolhida (i.e., fator 1), observa-se que este inclui algumas percepções sobre a medida de AF, nomeadamente no que toca a aspetos ligados com a experiência de separação e transição da criança para a FO ou família adotiva. Além disso, o fator das percepções em relação à tomada de decisão (i.e., fator 5), apesar de não ter somente como foco o SPP, envolve aspetos relacionados com o mesmo, assim como outros agentes do AF.

No que diz respeito às percepções em relação aos cuidados a prestar à criança acolhida, em particular, estes cuidados parecem apontar para a gestão de emoções e sentimentos, consideração da história passada e familiar da criança, métodos educativos, imposição e cumprimento de regras, rotinas e dinâmicas familiares, expressão de afeto por parte da FA, contacto com a FO, experiência de separação e momento de transição para a FO ou família adotiva. O AF tende a ser percecionado como tendo efeitos positivos para a criança acolhida, por ser uma alternativa do tipo familiar, mais personalizada, individualizada, afetiva e protetora, sendo mais adequada para responder às necessidades da criança (Contreras & Muñoz, 2016; Daniel, 2011; Diogo & Branco, 2019; Negrão et al., 2019). Apoiar a criança a lidar com as situações que levaram ao seu acolhimento parece ser percecionado como uma dificuldade (Contreras & Muñoz, 2016). Contudo, o estabelecimento de uma relação de confiança com a criança pode contribuir para a recuperação da mesma (Delgado et al., 2015; Diogo & Branco, 2019; Sprecher et al., 2021). Apesar de as FA anteciparem que o período de separação pode causar sofrimento, demonstram satisfação com a possibilidade de manter contacto com a criança e de vê-la bem após a cessação do acolhimento (Diogo & Branco, 2017). Assim sendo, parece ser importante que estes aspetos sejam transmitidos às potenciais FA durante todo o processo de acolhimento, para que sejam informados do carácter temporário da medida de AF e de quais os seus objetivos, apoiados na sua parentalidade, sendo também fundamental que as FA recebam apoio no momento da cessação do acolhimento (Contreras & Muñoz, 2016; Daniel, 2011; Diogo & Branco, 2017).

Relativamente às percepções em relação à criança acolhida, estas referem-se à manifestação de problemas emocionais e/ou de comportamento por parte da mesma, necessidade de ajuda psicológica, estado emocional das crianças e principais razões que levam ao seu acolhimento. Em Portugal, a principal situação de perigo que leva ao acolhimento de crianças e jovens é a negligência (ISS, 2021). A percepção de que as crianças acolhidas apresentam problemas vai de encontro aos estudos de Contreras e Muñoz (2016), Nichols (2019) e de Rosenwald e Bronstein (2008). Assim, as FA devem ter em conta os problemas manifestados pelas crianças acolhidas, procurando promover o seu desenvolvimento socioemocional e a sua saúde física e mental (Pinto & Luke, 2022). No entanto, algumas FA podem manifestar dificuldades no acolhimento de crianças que apresentam problemas emocionais e/ou comportamentais, devido a um sentimento de incapacidade ou não preparação para lidar com os mesmos ou pela percepção de problemas de segurança (Nichols, 2019). Tal possibilidade não deverá ser descurada no âmbito dos processos de recrutamento, seleção e formação das FA.

No que toca às percepções em relação à FO da criança acolhida, estas remetem para o nível de participação das FO na tomada de decisão, reunificação familiar, manutenção do contacto entre FO e a criança, transmissão de informação sobre a criança à FO e adaptação dos encontros à disponibilidade da FO. Tal como estudos anteriores sugerem, os indivíduos tendem a reconhecer a importância da FO na vida das crianças e ser fundamental cooperar com a mesma (Contreras & Muñoz, 2016; Diogo & Branco, 2017, 2019; Friedman, 2019; Pinto & Luke, 2022; Sprecher et al., 2021). Assim, as FA tendem a procurar estabelecer uma relação com a FO da criança acolhida, podendo existir apoio, partilha de papéis ou responsabilidades parentais e estratégias educativas (Diogo & Branco, 2017, 2019). A promoção do contacto entre a criança acolhida e a sua FO, apresenta vantagens para a FA, a criança acolhida, a FO e para o acolhimento (e.g., manutenção dos vínculos; sentido de identidade da criança; redução da incerteza; concretização da reunificação familiar) (Contreras & Muñoz, 2016; Delgado et al., 2017; Diogo & Branco, 2017; 2019; Fuentes, 2019; Pinto & Luke, 2022). Contudo, o contacto entre a FA e a FO da criança, por vezes, pode envolver dificuldades (Broady et al., 2010; Delgado et al., 2015; Diogo & Branco, 2017; Fuentes, 2019; Negrão et al., 2019; Nichols, 2019; Pinto & Luke, 2022). Os serviços podem assumir um papel importante para reduzir estas dificuldades, por exemplo, através do planeamento, preparação e mediação adequados dos contactos (Austerberry et al., 2013; Delgado et al., 2017; Fuentes, 2019).

No que concerne às percepções em relação à FA, estas apontam para as responsabilidades e funções da FA, decisão de candidatura ao AF, duração do acolhimento e aos efeitos da integração da criança na FA. A construção de relações de vinculação seguras entre a criança e a FA parece ser igualmente fundamental para o papel das FA, pois experiências positivas a este respeito parecem contribuir para uma percepção positiva da experiência de AF por parte das FA (Harden et al., 2008). As FA podem assumir um papel importante na recuperação da criança, através do estabelecimento de uma relação de confiança e segura com a mesma (Delgado et al., 2015; Diogo & Branco, 2019; Sprecher et al., 2021). Estudos indicam que se torna uma tarefa difícil para as FA cuidarem da criança acolhida da mesma forma que dos filhos biológicos devido às regulamentações dos serviços, às necessidades específicas das crianças acolhidas e para que a sua identidade e individualidade seja assegurada (Pinto & Luke, 2022; Sprecher et al., 2021). Tal como o estudo de Diogo e Branco (2017) sugere, o acolhimento de uma criança tem impacto nas dinâmicas familiares e pessoais, no espaço físico, horários e rotinas. Relativamente à duração do acolhimento, muitas vezes numa fase inicial, os candidatos a FA tendem a acreditar que podem permanecer com a criança até que esta seja adulta, experienciando um sentimento de desilusão quando tal não se concretiza. Porém, as FA tendem a aceitar a natureza temporária da medida de AF e têm consciência de que a cessação do acolhimento irá, em algum momento, ocorrer (Diogo & Branco, 2017).

Por fim, as percepções em relação à tomada de decisão referem-se ao grau de intervenção dos serviços, à tomada de decisão sobre o futuro da criança, à decisão de acolher, definição de regras, resolução de problemas, falar com terceiros sobre a história de vida da criança e decisão sobre encontros entre a FO e a criança. Na literatura, o foco tende a ser sobretudo no papel do SPP e da FA e menos no papel dos outros agentes do AF, nomeadamente a criança acolhida, a sua FO e os restantes membros da FA. O surgimento do fator 5 do questionário de percepções parece indicar que os aspetos ligados à tomada de decisão e o grau de envolvimento de cada um dos agentes do AF são importantes na população portuguesa. Este resultado parece reforçar a ideia de que, no AF, todos os envolvidos (i.e., criança acolhida; FO da criança; FA (e seus membros); e SPP) são agentes ativos cujas opiniões devem ser tidas em conta em todo o processo de tomada de decisões. É, importante que todos façam parte de uma mesma equipa cujos objetivos são interdependentes, pois pretendem, em conjunto, contribuir para o bem-estar e desenvolvimento saudável da criança e por sua vez para o sucesso do AF (MacGregor et al., 2006; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006).

À semelhança do observado na AFE do questionário de motivações para ser FA, também no questionário de percepções sobre o AF emergiu um item que, em termos teóricos, parece não se enquadrar de forma adequada no fator do qual faz parte (i.e., item 15 do fator 5), pois aponta para uma possível razão que pode levar ao acolhimento das crianças (i.e., ausência de condições económicas por parte da família da criança acolhida) e não para aspetos relacionados com a tomada de decisão. Contudo, este item ao estar associado com as percepções em relação à tomada de decisão, pode sugerir que os indivíduos percecionam a ausência de condições económicas por parte das FO como uma razão que pode levar à decisão da criança ser acolhida. Tal pode ser crítico, pois pode indicar que a população portuguesa pode percecionar a falta de condições económicas por parte da FO como algo que deve levar à retirada da criança da sua família. Assim, parece ser fundamental incluir na formação de potenciais FA aspetos relacionados com o processo de tomada de decisão sobre o acolhimento das crianças.

A análise descritiva do questionário de percepções sobre o AF indicou que os indivíduos, de uma forma geral e na sua maioria, apresentaram um maior grau de concordância (i.e., valores médios mais elevados e maior percentagem de respostas no ponto máximo da escala: “Concordo Totalmente”) com percepções em relação à FA (e.g., “A família de acolhimento deve ajudar a criança a lidar com a separação da sua família de origem no momento em que é acolhida”) e um maior grau de discordância (i.e., valores médios mais baixos e maior percentagem de respostas no ponto mínimo da escala: “Discordo Totalmente”) com percepções em relação aos cuidados a prestar à criança acolhida (e.g., “É importante que a família de acolhimento evite que a criança fale do seu passado e da sua família”) e com percepções em relação à tomada de decisão (e.g., “Não é essencial que os filhos das famílias de acolhimento estejam envolvidos na decisão de acolher”). Tal sugere que, de uma forma geral, os participantes manifestaram percepções mais realistas do que significa ser FA, percepções mais condizentes com práticas centradas na criança (do que práticas centradas no adulto) e percepções mais apoiantes da participação colaborativa entre os agentes do AF na tomada de decisão. Assim sendo, os participantes do presente estudo parecem apresentar mais percepções realistas e/ou positivas sobre o AF do que percepções irrealistas e/ou negativas.

Globalmente, estes resultados são promissores, pois parece sugerir que a população geral portuguesa possui, maioritariamente, percepções realistas do que significa ser FA, percepções que apontam para a importância de cuidados cujo foco é a criança e percepções que remetem para a importância de todos os agentes do AF colaborarem e participarem ativamente em todas as decisões que dizem respeito ao acolhimento. Tal como estudos anteriores indicam, de uma forma geral, os sujeitos tendem a apresentar uma percepção positiva em relação ao AF (Ferguson, 2020; Leber & LeCroy, 2012; Negrão et al., 2019; Raudkivi, 2020; Tyebjee, 2003).

Estes resultados sugerem que as percepções em relação à criança acolhida e as percepções em relação à FO da criança acolhida são percepções que os indivíduos não apresentam uma total concordância ou discordância (i.e., valores médios e percentagem de respostas não se situam no ponto máximo nem mínimo da escala) em comparação com a que tendem a possuir em relação às outras percepções acima mencionadas. Tal é um resultado importante a ter em conta, pois sugere a necessidade de desenvolver, por exemplo, campanhas de informação acerca do AF que procurem desconstruir possíveis percepções irrealistas e/ou negativas que os indivíduos possam apresentar, bem como responder a eventuais incertezas ou dúvidas a nível de aspetos relacionados com a criança acolhida e com a sua FO, pois estes podem constituir barreiras para ser FA e para o sucesso do AF (Daniel, 2011; Hanlon et al., 2021). O conjunto de percepções acerca do AF que surgiram fornecem informação crucial acerca dos temas e dos aspetos nos quais a formação e o acompanhamento das FA devem incidir, de modo a promover uma experiência de acolhimento positiva e contribuir para o sucesso do mesmo.

Relativamente à consistência interna do questionário de percepções sobre o AF, o primeiro fator apresenta uma consistência interna boa e os restantes fatores apresentam uma consistência interna aceitável. Assim sendo, o questionário de percepções sobre o AF apresenta fiabilidade.

Apesar do exposto, será relevante a realização de estudos futuros com análises mais complexas e robustas ao questionário em causa (e.g., análise fatorial confirmatória), baseadas em amostras maiores, que permitam o seu aperfeiçoamento.

4.3. Intenção de ser Família de Acolhimento

Parecem ser raros os estudos que reportam resultados que dizem respeito somente à intenção de ser FA, pois a tendência é explorarem os fatores que estão associados a essa mesma intenção. De acordo com um estudo nacional, os indivíduos tendem a manifestar uma elevada disponibilidade para ser FA (Negrão et al., 2019). Contudo, ao contrário do que era esperado, os participantes do presente estudo não apresentaram uma intenção elevada de ser FA, mas sim moderada. Os resultados revelaram que o conhecimento percebido acerca do AF está

significativa e positivamente associado à intenção de ser FA: i.e., indivíduos que consideram possuir um maior nível de conhecimento sobre o AF manifestaram uma maior intenção de ser FA. Este resultado é corroborado pelos estudos de Randle et al. (2012b) e Helm, Peltier e Scovotti (2006). Além disto, os resultados do presente estudo indicam que os sujeitos consideraram possuir entre pouco e moderado conhecimento sobre o AF e manifestaram uma moderada intenção de ser FA. Tal como os resultados de alguns estudos nacionais sugerem, a população geral tende a ter pouco conhecimento acerca do AF (e.g., Diogo & Branco, 2019; Negrão et al., 2019).

Importa mencionar que o nível de conhecimento sobre o AF pode variar em função do contexto, isto é, existem países nos quais existe uma maior expressão do AF do que noutros, o que, por sua vez, pode ter influência na intenção de ser FA. No contexto português, a maioria das crianças e jovens encontram-se em AR e apenas uma minoria em AF (ISS, 2021), e apesar de existir um esforço para alterar este cenário de acolhimento no nosso país, é algo que é recente e que ocorre por etapas (e.g., campanha “LX Acolhe”). Por estas razões, a população geral portuguesa pode ter pouco acesso e contacto com informações acerca do AF, o que pode comprometer o seu nível de conhecimento acerca do mesmo e, consequentemente, pode estar associado com a moderada manifestação de intenção de ser FA. Assim, estes resultados parecem sugerir a necessidade do desenvolvimento e de existir uma maior divulgação de campanhas de informação e sensibilização sobre o AF dirigidas à população geral portuguesa.

Para além do nível de conhecimento percebido sobre o AF, também o sexo revelou estar significativamente associado com a intenção de ser FA, tal que os indivíduos do sexo feminino apresentaram uma maior intenção de ser FA do que indivíduos do sexo masculino. Este resultado é corroborado por outros estudos, tais como os de Contreras & Muñoz (2016), Forber-Pratt (2013), Magalhães et al. (2022) e Randle et al. (2012a). Esperava-se que a intenção de ser FA estivesse associada a mais fatores sociodemográficos (i.e., maior nível de escolaridade; segurança no emprego) e ao contacto e experiência (pessoal ou profissional) no âmbito do SPP. Estes resultados sugerem que, em termos de características sociodemográficas, o sexo parece assumir um papel importante na intenção de ser FA, o que informa as campanhas de recrutamento de FA. No entanto, é importante ter em conta que no presente estudo a maioria dos participantes são do sexo feminino, o que poderá ter influenciado a obtenção destes resultados.

Das motivações para ser FA que emergiram da AFE, somente as razões centradas na criança e na sociedade/comunidade (i.e., fator 2) revelaram estar significativamente associadas com a intenção de ser FA, tal que indivíduos com valores mais elevados neste fator apresentaram maior intenção de ser FA. Estes resultados vão de encontro ao que era esperado, assim como a estudos anteriores, tais como os de Daniel (2011), Diogo e Branco (2017, 2019), MacGregor et al. (2006), Magalhães et al. (2022) e Rodger, Cummings e Leschied (2006) que revelam que os indivíduos tendem a estar mais motivados para ser FA por razões altruístas, intrínsecas ou centradas na criança ou na sociedade/comunidade sendo igualmente estas as motivações que tendem a estar mais associadas com a intenção de ser FA (Diogo & Branco, 2017; Magalhães et al., 2022). Deste modo, estes resultados sugerem que pode ser benéfico as campanhas de recrutamento de FA serem desenvolvidas de modo a ativar as razões centradas na criança e na sociedade/comunidade, a fim de aumentar o número de indivíduos que se candidatam a FA. A motivação é um domínio central aquando da avaliação dos candidatos a FA (Caron et al., 2021). A literatura revela que os indivíduos podem possuir uma combinação de motivações para ser FA (De Maeyer et al., 2014; MacGregor et al., 2006; Rhodes et al., 2006; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006). Determinadas motivações (e.g., motivações centradas na criança e na sociedade/comunidade) podem estar associadas com vários aspetos importantes do AF, nomeadamente, a satisfação das FA com o desempenho do seu papel, a sua retenção e o número de acolhimentos a realizar, assim como o sucesso do AF (De Maeyer et al., 2014; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006). Aceder às razões que estão associadas com a intenção dos indivíduos se candidatarem a FA pode contribuir para identificar FA cujas motivações estejam mais alinhadas com os objetivos do AF e, por sua vez, com elevado potencial (Rhodes et al., 2006). Assim, os resultados do presente estudo informam o processo de seleção das famílias.

Das percepções sobre o AF que emergiram da AFE, apenas as percepções em relação à tomada de decisão demonstraram estar significativamente associadas com a intenção de ser FA, tal que os indivíduos que apresentaram percepções menos apoiantes da participação colaborativa entre os agentes do AF na tomada de decisão parecem revelar uma menor intenção de ser FA. De acordo com Delgado et al. (2015), é fundamental que as FA, ao longo do acolhimento, obtenham apoio na resolução de problemas e que exista um contacto regular entre os agentes do AF e não somente em situações de crise. As FA parecem valorizar a existência de relações próximas e positivas com os serviços, comunicação, a sua disponibilidade, suporte e apoio, serem reconhecidos como possuindo conhecimentos e competências, como pertencentes à equipa, serem envolvidos na tomada de decisão e que as opiniões de todos os agentes do AF sejam consideradas. Estes aspetos parecem ser cruciais para a motivação e satisfação com a experiência de acolhimento o que, por sua vez, aumenta a probabilidade de retenção das FA (Broady et al., 2010; Daniel, 2011; Delgado et al., 2015; Diogo & Branco, 2017; MacGregor et al., 2006; Rodger, Cummings, & Leschied, 2006; Rosenwald & Bronstein, 2008). Deste modo, torna-se importante que seja dada maior atenção, exista um maior investimento e que se promova estes aspetos para fomentar uma prática partilhada entre os diferentes agentes do AF (i.e., criança acolhida; FO da criança acolhida; FA (todos os membros que a constituem); e SPP), uma vez que tal pode contribuir para o sucesso do acolhimento. Assim, este resultado informa a prática de AF, salientando a importância de procurar transmitir às potenciais FA o modo como podem entrar em contacto com os serviços não só em momentos de crise, mas também ao longo de todo o acolhimento, promover e encontrar, em conjunto, estratégias de cooperação, promoção da comunicação e partilha de informação, ou seja, procurar criar mecanismos de colaboração entre os diferentes agentes do AF, pois tal pode aumentar a intenção de ser FA bem como a probabilidade de retenção das FA.

4.4. Limitações do Presente Estudo e Investigação Futura

O presente estudo procurou aprofundar o conhecimento científico na área do AF e responder à necessidade de instrumentos validados cientificamente neste domínio. Através de uma análise fatorial exploratória a um questionário de motivações para ser FA e um questionário de percepções sobre o AF foi possível compreender quais as motivações para ser FA, bem como as percepções acerca do AF que são importantes ter em consideração aquando da avaliação, seleção, formação e acompanhamento das potenciais FA. Além da exploração das motivações e percepções, o presente estudo contribuiu, igualmente, para compreender a intenção da população geral portuguesa de ser FA. Tal é fundamental para responder aos desafios que parecem existir

no recrutamento e retenção de FA. Apesar destas contribuições, o presente estudo apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, a dimensão reduzida da amostra, não permitiu a realização de análises estatísticas mais complexas (e.g., análise fatorial confirmatória), úteis para o aperfeiçoamento dos instrumentos em causa, em particular para o questionário das perceções sobre o AF, composto por um número elevado de itens. Outra limitação que pode ser identificada no presente estudo é a de a maioria dos participantes serem do sexo feminino, possuírem o ensino superior e estarem empregados, revelando uma baixa heterogeneidade da amostra, o que pode ter comprometido, de alguma forma, os resultados do presente estudo. Adicionalmente, quase metade dos participantes trabalha ou trabalhou em contexto de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em perigo. Também esta característica da amostra poderá ter exercido influência nos resultados das AFE realizadas. Logo, os resultados devem ser interpretados com cautela.

Face ao exposto, sugere-se que, futuramente, sejam realizados estudos complementares, cujo objetivo seja efetuar uma análise fatorial confirmatória a ambos os questionários, depois dos ajustamentos sugeridos pelas AFE efetuadas aos mesmos no presente estudo. Deste modo, seria possível obter dois questionários cientificamente validados que pudessem ser utilizados pelas equipas de AF portuguesas, apoiando-as nos momentos de avaliação, seleção e formação das FA.

Conclusão

Da AFE ao questionário de motivações para ser FA emergiram três fatores: 1) razões autocentradas; 2) razões centradas na criança e na sociedade/comunidade; e 3) existência de algum contacto ou experiência no âmbito do acolhimento. Da AFE ao questionário de perceções sobre o AF surgiram cinco fatores: 1) perceções em relação aos cuidados a prestar à criança acolhida; 2) perceções em relação à criança acolhida; 3) perceções em relação à FO da criança acolhida; 4) perceções em relação à FA; e 5) perceções em relação à tomada de decisão. Um maior nível de conhecimento acerca do AF, ser do sexo feminino, as motivações centradas na criança e na sociedade/comunidade, assim como as perceções em relação à tomada de decisão, foram os fatores que estavam associados à intenção de ser FA.

Estes resultados informam a prática do AF, em Portugal. A partir da AFE ao questionário de motivações para ser FA foi possível identificar as principais motivações para ser FA que parecem ser cruciais ter em consideração aquando da avaliação e seleção de potenciais FA. A AFE ao questionário de perceções sobre o AF forneceu informação importante acerca dos temas e aspetos que devem ser explorados na formação e acompanhamento das futuras FA.

Relativamente ao conhecimento que a população geral portuguesa considera possuir acerca do AF, parece ser necessário desenvolver e divulgar campanhas de informação e sensibilização sobre o AF dirigidas à mesma para aumentar o seu nível de conhecimento acerca do AF, o que, por sua vez, pode aumentar a intenção dos indivíduos de ser FA. No que toca às características sociodemográficas, o sexo pode ser uma característica importante a ter em conta no recrutamento de potenciais FA.

Aquando da avaliação e seleção de potenciais FA é importante procurar compreender se os candidatos apresentam motivações para ser FA que estão associadas com a intenção de ser FA (i.e., motivações altruístas, intrínsecas, centradas na criança e na sociedade/comunidade) a fim de identificar candidatos com elevado potencial para ser FA. Por fim, parece ser fundamental procurar criar mecanismos de colaboração e participação entre os diferentes agentes do AF no que toca a aspetos ligados com a tomada de decisão, de modo a aumentar a intenção da população portuguesa de ser FA e contribuir para o sucesso do AF.

Fontes

- Instituto de Segurança Social. (2021). *CASA 2020 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto de Segurança Social.
- Lei nº 147/1999 de 1 de setembro da Assembleia da República. Diário da República: Série I. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/lei/147/1999/09/01/p/dre/pt/html>
- Lei nº 142/2015 de 8 de setembro da Assembleia da República. Diário da República: Série I. Disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/142-2015-70215246>
- Lei nº 139/2019 de 16 de setembro da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República: Série I. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/139/2019/09/16/p/dre/pt/html>
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. (2020). *LXAcólhe: Programa de acolhimento familiar Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- UNICEF (s.d). Child right anf why they matter: Every right, for every child. <https://www.unicef.org/child-rights-convention/child-rights-why-they-matter>

Referências Bibliográficas

- Andersson, G. (2001). The motives of foster parents, their family and work circumstances. *The British Journal of Social Work*, 31, 235-248. <http://dx.doi.org/10.1093/bjsw/31.2.235>
- Austerberry, H., Stanley, N., Larkins, C., Ridley, J., Farrelly, N., Manthorpe, J., & Hussein, S. (2013). Foster carers and family contact: foster carers views of social work support. *Adoption and Fostering*, 37, 116-129. <https://doi.org/10.1177%2F0308575913490273>
- Barbell, K., & Freundlich, M. (2001a). Factors affecting families and children. Em K. Barbell & M. Freundlich. *Foster care today* (pp. 8-12). Casey Family Programs.
- Barbell, K., & Freundlich, M. (2001b). Foster care practice today. Em K. Barbell & M. Freundlich. *Foster care today* (pp. 19-26). Casey Family Programs.
- Baum, A., Crase, S., & Crase, K. (2001). Influences on the decision to become or not become a foster parent. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 82, 202-213. <https://doi.org/10.1606%2F1044-3894.205>
- Berens, A., & Nelson, C. (2015). The science of early adversity: Is there a role for large institutions in the care of vulnerable children?. *The Lancet*, 1-11. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)61131-4](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61131-4)
- Broady, T., Stoyles, G., McMullan, Caputi, P., & Crittenden (2010). The experiment of foster care. *Journal of Child and Family Studies*, 19, 559-571. <http://dx.doi.org/10.1007/s10826-009-9330-6>
- Caron, R., Poitras, K., St-Laurent, D., Joly, M., Poirier, M., Berthelot, N., & Dubois-Comtois, K. (2021). Foster family assessment: The assessor's perspective-A qualitative study. *Child Abuse and Neglect*, 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105362>
- Ciarrochi, J., Randle, M., Miller, L., & Dolnicar, S. (2012). Hope for the future: Identifying the individual difference characteristics of people who are interested in and intend to foster-care. *The British Journal of Social Work*, 42, 7-25. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1093/bjsw/bcr052>
- Cole, S. (2005). Foster caregiver motivation and infant attachment: How do reasons for fostering affect relationships?. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 22, 441-457. <http://dx.doi.org/10.1007/s10560-005-0021-x>
- Coram (2018). *Public attitudes to children in care: Results from a national survey*. Coram.

- Contreras, A., & Muñoz, I. (2016). Conocimiento y predisposición sobre el acogimiento familiar en el alumnado universitario de Málaga. *Revista de investigación en Educación*, 14, 14-30. <http://webs.uvigo.es/reined/>
- Cox, M., Orme, J., & Rhodes, K. (2003). Willingness to foster children with emotional or behavioral problems. *Journal of Social Service Research*, 29, 23-51. http://dx.doi.org/10.1300/J079v29n04_02
- Daniel, E. (2011). Gentle iron will: Foster parents perspectives. *Children and Youth Services Review*, 33, 910-917. <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2010.12.009>
- Davi, N., Jones, J., & Gillen, M. (2021). Na exploration of the motivations and barriers to being a foster parent in florida. *Children and Youth Services Review*, 131, 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106261>
- Delgado, P., Carvalho, J., Pinto, V., & Oliveira, J. (2017). Carers and professionals perspectives on foster care outcomes: The role of contact. *Journal of Social Service Research*, 43, 533-546. <https://doi.org/10.1080/01488376.2017.1340392>
- Delgado, P., López, M., Carvalho, J., & Del Valle, J. (2015). Acolhimento familiar em Portugal e Espanha: Uma investigação comparada sobre a satisfação dos acolhedores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28, 840-849. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201528423>
- De Maeyer, S., Vanderfaeillie, J., Vanschoonlandt, F., Robberechts, M., & Van Holen, F. (2014). Motivation for foster care. *Children and Youth Services Review*, 36, 143-149. <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2013.11.003>
- Dias, M. (2011). Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica: O processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156. <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2011.140>
- Diogo, E., & Branco, F. (2017). Being a foster family in Portugal—Motivations and experiences. *Societies*, 7, 1-14. <http://dx.doi.org/10.3390/soc7040037>
- Diogo, E., & Branco, F. (2019). How do people become foster carers in portugal? The process of building the motivation. *Social Sciences*, 8, 1-15. <http://dx.doi.org/10.3390/socsci8080230>
- Efron, R. (1969). What is perception?. *Boston Studies in the Philosophy of Science*, 4, 137-173.
- Ferguson, C. (2020). *Relationships among perceptions of foster care, personality traits, and willingness to foster*. (Master's thesis). Washburn University, Topeka, Kansas
- Field, A. (2017). Exploratory factor analysis. In A. Field (Ed.), *Discovering statistics using IBM SPSS statistics* (5th ed., pp. 778-831). SAGE.

- Forber-Pratt, I., Loo, S., Price, S., & Achrya (2013). Foster care in India: An exploratory survey of the community perceptions and prospects for implementation of foster care in a developing nation: A study in Udaipur, Rajasthan, India. *Children and Youth Services Review*, 35, 694-706. <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2013.01.002>
- Friedman, L. (2019). An exploratory study of prospective foster parents experiences during the licensing process. *Child Welfare*, 97, 135-170.
- Fuentes, M., Bernedo, I., Salas, M., & García-Martín, M. (2019). What do foster families and social workers think about children's contact with birth parents? A focus group analysis. *International Social Work*, 62, 1416-1430. <https://doi.org/10.1177%2F0020872818775475>
- Geiger, J., Hayes, M., & Lietz, C. (2013). Should I stay or should I go? A mixed methods study examining the factors influencing foster parents' decisions to continue or discontinue providing foster care. *Children and Youth Services Review*, 35, 1356- 1365. <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2013.05.003>
- Goodman, M., Zhang, Y., Gitari, S., Azubuike, M., Keiser, P., & Seidel, S. (2016). Predictors of child-fostering attitudes in a large cross-section of kenyan women: Family, health and psycho-social factors and the residual presence of childhood adversities. *The British Journal of Social Work*, 47, 1850-1869. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcw118>
- Gouveia, L., Magalhães, E., & Pinto, V. (2021). Foster families: A systematic review of intention and retention factors. *Journal of Child and Family Studies*, 30, 2766-2781. <https://doi.org/10.1007/s10826-021-02051-w>
- Graham, C. (1869). What is perception? Em C. Graham (Ed.), *The true philosophy of mind* (pp. 131-134). <https://doi.org/10.1037/14122-005>
- Grimes-Vawters, J. (2016). *Identifying future effective foster parent characteristics: Using the casey foster family assessment*. (PhD thesis). Walden University, Minneapolis, EUA
- Hanlon, R., Feltner, A., Day, A., Vanderwill, L., & Kim, J., & Dallimore, E. (2021). Systematic review of foster parent recruitment. *Child Welfare*, 99, 117-141.
- Harden, B., Meisch, A., Vick, J., & Pandohie-Johnson, L. (2008). Measuring parenting among foster families: The development of the Foster Parent Attitudes Questionnaire (FPAQ). *Children and Youth Services Review*, 30, 879-892. <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2007.12.015>
- Helm, A., Peltier, J., & Scovotti, C. (2006). Understanding the antecedents to recruiting foster care and adoptive parents: A comparison of White and african-american families.

- Hendry, A., & Holmboe, K. (2021). Development and validation of the early executive functions questionnaire: A carer-administered measure of executive functions suitable for 9-to 30-month-olds. *Wiley-Infancy: The Official Journal of the International Congress of Infant Studies*. 1-30. <https://doi.org/10.1111/infa.12431>
- Howell-Moroney, M. (2014). The empirical ties between religious motivations and altruism in foster parents: Implications for faith-based initiatives in foster care and adoption. *Religions*, 5, 720-737. <https://doi.org/10.3390/rel5030720>
- Ijzendoorn, M., Bakermans-Kranenburg, M., Duschinsky, R., Fox, N., Goldman, P., Gunnar, M., ..., Sonuga-Barke, E. (2020). Institutionalisation and deinstitutionalization of children 1: a systematic and integrative review of evidence regarding effects on development. *The Lancet Psychiatry*, 1-18. <https://doi.org/10.1016/>
- Kirton, D. (2001). Love and money: Payment, motivation and the fostering task. *Child and Family Social Work*, 6, 199-208. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1046/j.1365-2206.2001.00208.x>
- Leber, C., & LeCroy, C. (2012). Public perception of the foster care system: A national study. *Children and Youth Services Review*, 34, 1633-1638. <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2012.04.027>
- Li, D., Chng, G., & Chu, C. (2017). Comparing long-term placement outcomes of residential and family foster care: A meta-analysis. *Trauma, Violence, & Abuse*, 20, 1-12. <https://doi.org/10.1177%2F1524838017726427>
- Lima, M., & Correia, I. (2013). Atitudes: Medida, estrutura e funções. Em J. Vala & M. Monteiro (Eds.), *Manual de psicologia social* (9th ed., pp. 201-243). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Luke, N., & Sebba, J. (2013). How are foster carers selected? An international literature review of instruments used within foster carer selection. *Rees Centre. University of Oxford*.
- MacGregor, T., Rodger, S., Cummings, A., & Leschied, A. (2006). The needs of foster parents: A qualitative study of motivation, support, and retention. *Qualitative Social Work*, 5, 351-368. <https://doi.org/10.1177%2F1473325006067365>
- Magalhães, E., Costa, P., Pinto, V., Graça, J., Baptista, J., Ferreira, S., Castro, E., Anjos, C., & Gouveia, L. (2022). Reasons, willingness, and intention to be a foster family: A community-sample study. *Children and Youth Services Review*, 142, 1-9. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2022.106648>

- Migliorini, L., Rania, N., Cardinali, P., Guiducci, V., & Cavanna, D. (2018). Motivations and family functioning of foster families in Italy. *Journal of Social Service Research*, 44, 509-517. <https://doi.org/10.1080/01488376.2018.1477695>
- Murphy, K., & Davidshofer, C. (1988). *Psychological testing: Principles and applications*. Prentice-Hall.
- Negrão, M., Moreira, M., Veríssimo, L., Veiga, E. (2019). Conhecimentos e percepções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida. *Análise Psicológica*, 1, 81-92. doi: 10.14417/ap.1564
- Nichols, L. (2019). *Public awareness and attitude toward the foster care system: Hesitance, motivation, and child characteristics influencing the decision to foster*. (Master's thesis). California State University, EUA
- Orme, J., Cuddeback, G., Buehler, C., Cox, M., & Prohn, N. (2006). *Casey foster applicant inventory (CFAI): Technical manual*.
- Pinto, V., & Luke, N. (2022). The role of foster carers in England and Portugal: Is it solely a parenting role?. *Children and Society*, 1-17. <https://doi.org/10.1111/chso.12536>
- Randle, M., Miller, L., Dolnicar, S., & Ciarrochi, J. (2012a). Heterogeneity among potential foster carers: an investigation of reasons for not foster caring. *Australian Social Work*, 65, 382-397. <http://dx.doi.org/10.1080/0312407X.2011.574229>
- Randle, M., Miller, L., Dolnicar, S., & Ciarrochi, J. (2012b). The science of attracting foster carers. *Child and Family Social Work*, 19, 65-75. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1365-2206.2012.00881.x>
- Raudkivi, M. (2020). What factors predispose the intention to become a foster family in Estonia: Applying the theory of reasoned action and planned behavior?. *Children and Youth Services Review*, 118, 105-445. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105445>
- Rhodes, K., Cox, M., Orme, J., & Coakley, T. (2006). Foster parents reasons for fostering and foster family utilization. *Journal of Sociology & Social Welfare*, 33, 105-126.
- Rodger, S., Cummings, A., & Leschied, A. (2006). Who is caring for our most vulnerable children? The motivation to foster in child welfare. *Child Abuse & Neglect*, 30, 1129-1142. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.04.005>
- Rosenwald, M., & Bronstein, L. (2008). Foster parents speak: Preferred characteristics of foster children and experiences in the role of foster parent. *Journal of Family Social Work*, 11, 287-302. <http://dx.doi.org/10.1080/10522150802292376>

- Ryan, R., & Deci, E. (2000). Intrinsic and extrinsic motivations: Classic definitions and new directions. *Contemporary Educational Psychology*, 25, 54-67.
<https://doi.org/10.1006/ceps.1999.1020>
- Sebba, J. (2012). Why do people become foster carers. An international literature review on the motivation to foster. *Rees Centre. University of Oxford*.
- Sprecher, E., Tuitt, I., Hill, D., Midgley, N., & Sled, M. (2021). No typical care story: How do care-experienced young people and foster carers understand fostering relationships?. *Adoption and Fostering*, 4, 248-264. <https://doi.org/10.1177%2F03085759211037156>
- Szilagyi, M. (2015). Health care issues for children and adolescents in foster care and kinship care. *American Academy of Pediatrics*, 136, 1142-1166.
<http://www.pediatrics.org/cgi/doi/10.1542/peds.2015-2656>
- Tyebjee, T. (2003). Attitude, interest, and motivation for adoption and foster care. *Child Welfare*, 82, 685-706.
- UNICEF. (2019). *Convenção sobre os direitos da criança e protocolos facultativos*: UNICEF.